

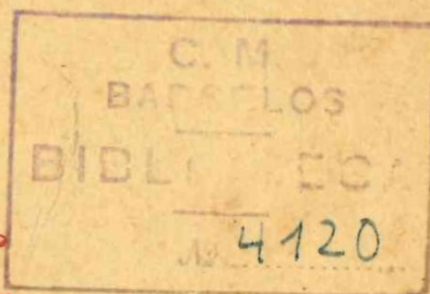
19 a 30 de Junho de 1928

I. Congresso Municipalista Minhoto

E

I. FEIRA DE AMOSTRAS
DA PROVINCIA DO MINHO

C. M. B.
BIBLIOTECA



Bragança
Perry

BRAGA

Junta Geral do Distrito

MCMXXIX



61.3(469.12)"1928"
ON

R.S. 1-1-42

MEMORIA

DO

I. CONGRESSO MUNICIPALISTA MINHOTO

Reunido na cidade de Braga nos dias

: : : 19 a 21 de Junho de 1928 : : :

: : : : : pelas : : : : : :

: : : Corporações Administrativas : : :

: : : : : dos distritos de : : : : :

: : : Braga e Viana do Castelo : : :

C. M. B.
BIBLIOTECA



BRAGA

Junta Geral do Distrito

MCMXXIX

PREFÁCIO

O Congresso Municipalista Minhoto, que, com a Primeira Feira de Amostras da Província, se realizou em 1928 na cidade de Braga, por ocasião das festas tradicionais de S. João, foi o cumprimento de um desejo da Região. Manifestava-o desde há muito a voz da imprensa, reclamando essa assembleia ou côrtes provinciais: tinham-no manifestado também vários corpos administrativos, declarando a sua conveniência, e até chegando alguns a elaborar um prévio programa, a idear um plano para ele.

Conseguiu-se, porém, sómente em 1928 realizar o Congresso, cujo brilhantismo, oportunidade, elevação dos trabalhos apresentados, está na memória de todos, felizmente. E conseguiu-se pela dedicação e zêlo da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito.

Mas a realização felizmente obtida, do I Congresso Municipalista Minhoto, nem a que dentro de pouco vai efectuar-se em Viana do Castelo, não são, não podem ser, o fecho e cumprimento de um programa, o complemento de uma acção. Pelo contrário, tais Congressos são o germen de acção futura, o alicerce de edifícios a construir, a base de reconstrução a fazer. E, por isso, as sucessivas reuniões de Congressos provinciais vão elaborando, pacientemente, o pensamento que se transmutará na idealidade colectiva, pelo inter-câmbio de opiniões, pela comunicação de conceitos.

Para bem e melhor se obterem os frutos que os Congressos provinciais teem em vista, cumpriria, natu-

ralmente, publicar as teses neles defendidas, com as conclusões a que chegou a arguta conclusão dos seus componentes.

Assim se pensou; esse propósito houve.

Circunstâncias, porém, estranhas ao próprio Congresso, e que só indirectamente dizem respeito ao corpo administrativo que o preparou: — a Junta Geral do Distrito de Braga, impediram que mais cedo se podesse tratar do Livro do I Congresso Municipalista Minhoto.

A pouco espaço da reunião do II Congresso, havendo absoluta necessidade de apresentar uma pequena memória dos trabalhos do I, temos que limitar-nos aos resumidos extratos das sessões, como vão elaborados adiante. Lamentamos, certamente, que a brevidade do tempo e as condições da imprensa não nos permitam publicar, o que melhor seria, as próprias teses. Mas sobre a nossa vontade estão as circunstâncias, e entre estas, a do tempo, em que é preparado este resumo.

Procuramos, todavia, que a ideia fique suficientemente expressa, para que se manifeste com clareza a orientação do Congresso.

Esta, é sobretudo, a lição social que há a tirar destas reuniões, o estabelecimento e formação de critério seguro, de manifestação clara e terminante do pensamento da província.

Já outras das províncias portuguesas tinham realizado e até repetido seus Congressos provinciais, quan-

do o Minho, quebrando o encanto, reuniu pela primeira vez. No entusiasmo e vibração desse primeiro Congresso, logo o segundo se determinou e aprazou. A Província compreendeu bem a necessidade destas reuniões, onde se trocam conhecimentos, onde se firmam relações, onde os homens-bons se ajuntam para a comum prosperidade, para a prosperidade regional.

A designação de Municipalistas, que adoptaram os Congressos do Minho, contem, porventura, na evocação tradicional da organização social portugueza, o mais fecundo germen do triunfo das suas ideias.

Tais são os nossos votos, — pelo maior bem da Província do Minho — hoje que, ao apresentar um breve resumo dos trabalhos do I Congresso Municipalista Minhoto, já saudamos os senhores Congressistas da segunda magna reunião da Província, que vão juntar-se em breves dias em Viana do Castelo, incansáveis peoneiros da acção provincial, trabalhadores dedicados da reconstrução do país, nas bases seguras e sólidas das suas tradições, renovadas e melhoradas no progresso e na civilização.

Sejam um elemento de prosperidade nacional os trabalhos destes Congressos provinciais !

Braga, Agosto, 1929.

*A Comissão Administrativa
da Junta Geral do Distrito.*

**Comissão administrativa da Junta Geral do
Districto de Braga, promotora do
1.º Congresso Municipalista Minhoto:**

Capitão José Gonçalves da Silva Junior

Dr. Antonio de Jesus Gonçalves

*Domíngos de Melo Marinho Falcão Barata, (secretario
geral do Congresso)*

Tenente Manuel Gonçalves da Silva

Tenente Alberto Candido Rebelo Branco.



Congressistas

Junta Geral do Distrito de Braga

Ordinários: Capitão José Gonçalves da Silva Júnior
Dr. António de Jesus Gonçalves
Domingos de Melo Marinho Falcão Barata
Tenente Manuel Gonçalves da Silva
Tenente Alberto Cândido Rebelo Branco

Agregados: P. Manuel da Costa Ferreira
Engenheiro João Teixeira da Silva

Câmara Municipal de Braga

Ordinários: Dr. Domingos José Soares
Capitão Cipriano Martins
Capitão João Sequeira
Tenente Alfredo de Castro Antas
Alberto José Rodrigues Pinto
Tenente Alexandre Pereira Trindade
Capitão Crispim Soares Gomes

Agregados: Álvaro Augusto Ferreira Pipa
Gabriel Augusto Cardoso

Câmara Municipal de Guimarães

Ordinários: Dr. Gonçalo Meira
Guilherme Augusto Barreira

Agregado: José Maria Gomes Alves

Câmara Municipal de Barcelos

Ordinários: Capitão Francisco F. dos Santos Caravana
Baltazar José Ferraz
Albino da Silva Padrão

Câmara Municipal de Amares

Ordinários: Augusto Marques Rêgo
Alexandre José de Passos Júnior
José António Correia Peixoto

Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto

Ordinários: Dr. Francisco Costa
José Leite da Cunha Júnior
Estevão José Martins Vieira
Alfredo de Magalhães

Câmara Municipal de Celorico de Basto

Ordinários: Capitão Augusto Cesar de Brito
Dr. Ernesto de Castro Leal
António Alves Monteiro
Dr. João Pulido de Almeida
Domingos Pereira Dias Loureiro
Dr. António Alves da Cunha e Silva

Agregados: Álvaro da Costa Bastos
José Moreira de Castro

Câmara Municipal de Espozende

Ordinários: Tenente Lauro de Barros Lima
Francisco Xavier Ribeiro Viana
2.º tenente Jaime Olímpio
Dr. João Gonçalves Pereira de Barros
José Gonçalves Pereira de Barros

Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso

Ordinários: Tenente Afonso Ferreira Botelho
Cirilo Ferreira Gonçalves da Cruz
Manuel Agostinho Vieira
José Maria de Sousa Cruz

Câmara Municipal de Terras de Bouro

Ordinários: António Manuel Rodrigues
Manuel Rodrigues
Abel José da Costa Lopes

Agregados: Adelino da Conceição Dias
Alvim Barroso
Afonso Miranda

Câmara Municipal de Vieira

Ordinários: Francisco José da Cruz Matos
Joaquim Baltazar Vieira Ramalho
Braz Cândido Cesar

Agregados: Augusto Luís de Albuquerque
Guilherme Coelho de Abreu
Armindo Carneiro

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Ordinários: Dr. Francisco Alves Correia de Araújo
Dr. José Gomes da Costa Carneiro
Dr. José Rodrigues de Sá Abreu
Manuel Ferreira Barbosa
Abílio Ferreira de Carvalho
Remígio Ferreira da Costa

Agregado: Joaquim José Teixeira de Melo

Câmara Municipal de Vila Verde

Ordinários: Dr. Francisco António Gonçalves
Capitão Henrique José Alves
José Maria Dias
João Manuel da Silva e Sá
José de Oliveira Vieira



Junta Geral do Distrito de Viana do Castelo

Ordinários: Coronel Manuel Belchior Nunes
Engenheiro Bernardo Espregueira
Arquitecto e Professor Alfredo da Assunção Santos

Câmara Municipal de Viana do Castelo

Ordinários: Capitão Lucínio Gonçalves Presa
Capitão Gaspar Cerqueira
Capitão Luís Domingues
Tenente Jacinto de Magalhães Faria Araújo
Tenente Manuel da Silva Dias

Agregado: Engenheiro Sílvio de Belford Cerqueira

Câmara Municipal dos Arcos de Valdevez

Ordinários: Geraldo de Abreu Vasconcelos
Abade José Manuel Pereira Fernandes
Padre Vidal de Brito Gachineiro
Francisco Teixeira de Barros Lima

Câmara Municipal de Caminha

Ordinário: José Maria Claro Outeiro

Câmara Municipal de Paredes de Coura

*Delegou a sua representação no sr. Presidente da J. Geral
do Distrito de Braga*

Câmara Municipal de Ponte da Barca

Ordinários: Dr. António Pereira de Vaconcelos da Rocha Lacerda
António de Queiroz Pereira Pimenta de Lacerda
Florindo Augusto de Sousa Barros

Câmara Municipal de Ponte do Lima

Ordinário: Dr. José Benvindo de Araújo

Agregado: Dr. José de Sá Coutinho (Conde de Aurora)

Câmara Municipal de Valença

Ordinário: Capitão Avelino Gomes

Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

Ordinário: Dr. João Rodrigues Fontes

Congressistas honorários

Comandante da 1.^a Região Militar
Arcebispo Primás
Governador civil de Braga
Governador civil de Viana do Castelo
Director de Finanças do Distrito de Braga
Director de Finanças do Distrito de Viana do Castelo
Engenheiro-Chefe de Divisão das Estradas do Distrito de Braga
Engenheiro-Chefe de Divisão das Estradas do Distrito de Viana do Castelo
Chefe dos Serviços dos Correios, Telegrafos e Telefones do Distrito de Braga
Idem, idem do Distrito de Viana do Castelo
Chefe da Secção Electrotécnica do Distrito de Braga
Chefe da Secção Electrotécnica do Distrito de Viana do Castelo
Chefe da 1.^a Secção da Divisão Hidráulica do Douro
Chefe da 2.^a Secção da Divisão Hidráulica do Douro
Director do Posto Agrário do Minho Central
Sub-director do Posto Agrário do Minho Central
Intendente de Pecuária do Distrito de Braga
Intendente de Pecuária do Distrito de Viana do Castelo
Director Geral da C. C. F. N. P.
Presidente do Conselho de Administração da C. C. F. N. P.
Capitão do Porto de Viana do Castelo
Capitão do Porto de Caminha
Presidente da Junta Autónoma do Porto de Viana do Castelo
Presidente do Grémio do Minho
Presidente do Instituto Histórico do Minho
Presidente da Sociedade Martins Sarmento
Presidente da Comissão de Iniciativa e Turismo de Braga
Presidente da Liga de Defesa dos Interesses de Braga
Presidente da Comissão de Iniciativa e Turismo de Viana do Castelo
Presidente da Comissão de Defesa dos Interesses de Viana do Castelo
Presidente da Sociedade de Defesa e Propaganda de Guimarães
Presidente da Comissão de Iniciativa do Gerez
Reitor do Liceu de Braga
Reitor do Liceu de Viana do Castelo
Reitor do Liceu de Guimarães
Director da Escola Normal Primária de Braga
Director da Escola Industrial e Comercial de Braga
Director da Escola Industrial e Comercial de Viana do Castelo
Director da Escola Industrial e Comercial de Guimarães
Presidente do Sindicato Agrícola de Braga
Idem de Guimarães
Idem de Barcelos
Idem de Vila Nova de Famalicão
Idem de Vieira
Idem de Amares
Idem de Viana do Castelo

Idem de Arcos de Val do Vez
Idem de Monsão
Presidente da Associação Comercial de Braga
Idem de Guimarães
Idem de Barcelos
Idem de Famalicão
Idem de Fafe (Delegou a sua representação no sr. dr. António da Cruz
Vieira e Brito, presidente da Câmara)
Idem de Viana do Castelo
Idem de Arcos de Val do Vez
Idem de Ponte do Lima
Idem de Monsão
Presidente da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras de Braga
Director da "Aurora do Minho,"
Enviado especial de "O Primeiro de Janeiro,"
Enviado especial de "O Comércio do Porto," (I)
Enviado especial do "Jornal de Notícias,"
Redactor do "Correio do Minho," — sr. Constantino Ribeiro Coelho
Enviado especial do "Diário de Notícias,"
Enviado especial de "O Comércio do Porto," (II)
Enviado especial de "A Voz,".

Sessão Inaugural

Em 19 de Junho, ás 14 horas

O sr. Capitão Gonçalves da Silva, em nome da Comissão organizadora do Congresso, saúda os senhores Congressistas, rejubilando com a sua presença. Depois de glorificar o Minho e manifestar os desejos de que as sessões decorram com a maior elevação, nesta assembleia regionalista que reunirá tôdas as boas vontades, e abrangerá todos os valores, termina erguendo uma aclamação em honra do Minho.

(Muitos aplausos).

A MESA

É organizada a seguir a mesa, por proposta do mesmo senhor.

Preside o sr. Governador Civil José Ribeiro Barbosa, representante do Govêrno.

À direita: S. Ex.^a o Arcebispo Primás; Presidente da J. G. de Viana, coronel Manuel Belchior Nunes; Presidente da C. M. de Braga, dr. Domingos Soares.

À esquerda: Sr. Governador Civil de Viana, major Carlos de Barros, e presidente da J. G. de Braga, capitão Gonçalves da Silva.

(A organização da mesa é saúdada com palmas pela assembleia).

Saúdações

O sr. capitão José Ribeiro Barbosa. — Fala como delegado do govêrno e lamenta não ter as *solemnia verba* que seriam de esperar neste momento.

Saúda a Junta Geral do Distrito de Braga, que organizou o Congresso e à qual felicita pela sua iniciativa.

Saúda a Junta Geral de Viana e tôdas as Câmaras da Província, pelo affecto com que se dedicaram ao bem público.

Saúda o Grémio do Minho, que em Lisboa representa valorosamente os interesses da Província. Saúda também vibrantemente o povo do Minho. Abrindo o 1.º Congresso Municipalista diz que os homens-bons da província, estudando

seus interesses, tratarão oportunos problemas e procurar-lhes hão resolução eficaz. Como Chefe do distrito promete que apresentará ao Govêrno as conclusões aqui votadas.

Saüda especialmente o seu colega de Viana do Castelo, e termina victoriando o Minho, a Pátria e a República.

(Muitos applausos).

*

O sr. Domingos Pires Barreira, presidente do Grémio do Minho. — Agradece as referências feitas àquela sociedade. Saüda os minhotos que se congregam ali para realizarem uma sua antiga aspiração. Traz ao Congresso as saüdações dos 42.000 minhotos residentes na capital.

Saüda o Instituto Histórico do Minho, academia de grande valor. Saüda os minhotos ausentes e termina por apresentar ao sr. Presidente do Congresso a homenagem do seu respeito.

(Applausos).

*

O sr. Conde de Azevedo, presidente da Federação dos Sindicatos Agrícolas do Norte. — Em nome da Lavoura saüda os Congressistas, contente por vêr a realização de uma aspiração comum. Saüda a Comissão organizadora do Congresso, esperando que, com o melhor espírito regionalista, se proceda ao estudo de importantes problemas.

Apresenta as suas saüdações ao Exército, a S. Ex.^a o Arcebispo Primás, aos representantes dos Municípios. O povo rural é cheio de amor à Terra, e êsse o conduz ao Amor de Deus, ao amor da Família, ao amor da Pátria. E' em nome dessa Terra que saüda o Congresso do Minho.

(Muitos applausos).

*

O ex.^{mo} Arcebispo Primás. — Admira os discursos eloqüentes que ouviu, e refere-se à tradição dos arcebispos seus predecessores. Diz que a agricultura está atrasada na Província. Julga que os párocos poderão contribuir para a instrução agrícola do povo, e para obter que êles consigam a necessária illustração, vai inaugurar, em Outubro próximo, uma Escola de Agricultura no Seminário, o que lhe parece será um melhoramento para esta província, cujos limites coincidem

com o da sua diocese. Conta com a cooperação moral dos senhores congressistas.

(Prolongados aplausos).

*

O sr. Presidente propõe telegramas aos srs. Presidente da República e Chefe do Governo.

O sr. Francisco Costa, da C. M. de Cabeceiras, propõe um telegrama ao sr. Ministro das Finanças.

(São aprovados).

Encerramento

O sr. Presidente agradece as palavras que lhe foram dirigidas. Agradece ao Rev.^{mo} Arcebispo a sua comunicação. Ao sr. Conde de Azevedo agradece em nome do Exército.

Apela para as mulheres do Minho, que dão à sala uma nota alegre e tocante, pedindo que formem o coração de seus filhos no amor à Pátria.

(Termina erguendo vivas ao Minho e à Pátria, muito correspondidos).

TELEGRAMAS ENVIADOS

Os telegramas propostos e aprovados tiveram a seguinte redacção :

“A Sua Ex.^a o Presidente da República — Lisboa

Têndo-me sido conferida a honra de, como representante do Governo, presidir à sessão inaugural do 1.^o Congresso Municipalista Minhoto, que está assumindo extraordinário brilho, é-me sobremaneira grato transmitir a V. Ex.^a uma vibrante saudação como chefe prestigioso da nação portuguesa, prestando calorosa homenagem pelas virtudes e coração magnânimo de V. Ex.^a e afirmando confiança inquebrantável no ressurgimento da Pátria para prestígio da República.

(a) Governador civil, José Ribeiro Barbosa.

*

“Ex.^{mo} Presidente do Ministério — Lisboa

No momento em que se realiza com extraordinário brilho a sessão solene, inaugural do primeiro Congresso Municipalista do Minho, a que me foi dada a honra de presidir como representante do Governo, apresso-me a transmitir a V. Ex.^a que a assembleia magna aprovou por

aclamação uma proposta para saudar calorosamente, na pessoa de V. Ex.^a, o governo da República.

(a) *Governador civil, José Ribeiro Barbosa.*

*

“Ex.^{mo} Ministro das Finanças — Lisboa

Os Municípios de Braga e Viana do Castelo reunidos em Congresso saúdam em V. Ex.^a o reorganizador da vida económica e financeira do país, com ardente fé na obra patriótica de V. Ex.^a.

(a) *Presidente da sessão inaugural.*

Primeira Sessão

19 de Junho, ás 17 horas

Presidente — o sr. coronel Belchior Gomes, presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito de Viana.

Vice-presidente — o sr. dr. Francisco Alves, presidente da Câmara de Famalicão.

Secretários: os srs. dr. António Pereira de Lacerda, presidente da Câmara de Ponte da Barca; e dr. Francisco Costa, presidente da Câmara de Cabeceiras.

*

O sr. **Presidente** agradece a indicação do seu nome para o logar. Do sul, mas estando há muito no Minho, tem por este Congresso a maior simpatia e faz calorosos votos pelos bons resultados da discussão dos altos problemas que se vão estudar. Desenvolve depois os seus pontos de vista nesta ordem de ideias.

(*Aplausos*).

EXPEDIENTE

Telegramas: — Do Director da Escola Industrial de Guimarães, e de Eugénio Vaz Vieira, redactor de "O Conquistador," — saudando o Congresso.

Carta: — Do Presidente do Sindicato Agrícola de Vieira, sr. Jaime de Abreu, pelo seu estado de saúde não lhe permitir fazê-lo, pede que a sua tese seja lida por um senhor Congressista.

ANTES DA ORDEM

Lê-se o Regulamento do Congresso.

O sr. **Conde de Azevedo** manda para a mesa uma questão prévia ácerca da representação de elementos que não pertencendo aos dois distritos, são todavia da Provincia, que é maior que os distritos representados.

O sr. Capitão Gonçalves da Silva. — Tendo que optar-se por uma base, a comissão organizadora tomou a divisão oficial: não teve ideia de sensibilizar ninguém.

Sobre o assunto falam os srs. Domingos Pires Barreira, dr. Alberto Feio, Falcão Barata, Afonso Miranda, Teixeira da Silva e Conde d'Aurora.

O sr. José Justino de Amorim propõe que o sr. Conde de Azevedo seja considerado congressista efectivo, como representante de uma entidade que funciona na Província, a Federação de Sindicatos Agrícolas do Norte. (*Gerais apoiados*).

O sr. cónego Alberto Vasconcelos requer que se considere o Regulamento aprovado na generalidade, e que a mesa suscite a discussão na especialidade, sómente se, no decorrer dos trabalhos, fôr mister esclarecer qualquer dúvida.

E' aprovado.

ORDEM DO DIA

*Um aspecto económico do
Alto Minho*

O sr. engenheiro Belfort Cerqueira apresenta uma comunicação sobre "Um aspecto económico do Alto Minho.". Nela faz eruditas considerações sobre os elementos da riqueza da região nos aspectos industrial, fluvial, agrícola, piscatório, etc. Fala da defesa florestal contra o açoreamento, aproveitamento de energia hidro-eléctrica, utilização da madeira para fabrico de gaz, resina e pasta de papel. Combate o individualismo económico do nosso lavrador, preconizando a associação.

As conclusões resumem em dois grupos a economia do Alto Minho: — o primeiro compreende todos "os problemas que interessando o fomento regional, estão em íntima ligação com a economia geral do país; no segundo incluiremos sómente as realizações de um mais directo interesse local.

"Ao primeiro agrupamento pertencem a valorização e utilização dos mananciais de energia hidráulica, e o desenvolvimento da viação acelerada pela construção imediata do caminho de ferro do Vale do Lima.

"No segundo grupo incluiremos a protecção á lavoura e a industrialização das matérias primas regionais, especialmente da madeira de pinho marítimo.,,

O sr. Presidente elogia a tese.

(*Aplausos*).

O sr. Conde de Vilas Bôas pede o esclarecimento de uma opinião manifestada na tese.

O sr. Presidente observa que se trata de uma reflexão pessoal, e portanto fóra do âmbito do Congresso.

(Baixando à comissão de pareceres obteve elogiosas referências subscritas pelos srs. Afonso de Miranda e A. L. de Carvalho, relator).

A Municipalização de serviços é não só conveniente, mas até necessária à vida dos municípios

O sr. dr. Domingos José Soares, presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Braga, defende a sua tese, manifestando que a vida municipal é embaraçada não só pela falta de recursos financeiros, ou rendimentos municipais, como também pelas fórmulas burocráticas. Defende a autonomia dos serviços e de toda a administração municipal. Nenhum município pode descuidar o abastecimento de águas; são muito convenientes também a distribuição de energia eléctrica para luz e força motriz, e a função seguradora.

Rebate as objecções contra a municipalização destes serviços e contra o direito de os municípios auferirem lucros mediante eles. Expõe o que tem feito a Câmara de Braga e acrescenta mapas elucidativos.

*

(Baixando à comissão de pareceres, esta foi de opinião com a tese, de que o método de obter recursos por impostos pode ser atenuado com a municipalização de serviços; quanto ao abastecimento de águas, a comissão restringe o expendido na tese, manifestando que, como elemento indispensável da salubridade pública, deve a água estar ao alcance dos munícipes de modestos recursos, pelo que não deve estar sujeito a critério de lucro. — Parecer dos srs. Francisco Costa e A. L. de Carvalho).

O sr. A. L. de Carvalho, depois de saudações aos organizadores do Congresso e a Braga, explana a sua tese; nela faz considerações defendendo a liberdade e espírito local, para que o governo municipal seja a escala e a escola do governo da nação.

Falta ao espírito municipalista o órgão nacional de propaganda : — a *Revista Municipal*.

Apresenta um esquêma, e pormenoriza a organização dessa revista. A conclusão é a seguinte:

“Que a Comissão Executiva deste Congresso, como organismo orientador dos votos desta magna assembleia, dirija os primeiros passos e garanta as primeiras limitadas despesas desta iniciativa publicitária que, podendo chamar-se *Revista Municipal*, por subtítulo pode designar-se *Órgão dos Corpos Administrativos Portugêses*.”

*

(Baixando à comissão de pareceres esta manifestou que “merece a aprovação do Congresso, pois é notoriamente reconhecida a falta de uma publicação deste género. Assim, e concordando plenamente com a sua conclusão, propomos que seja aprovada, e o seu Autor, pela cidade de Guimarães; o sr. Júlio de Lemos, secretário da Câmara, e secretário perpétuo do Instituto Histórico do Minho, por Viana, e o sr. dr. Alberto Feio, director da Biblioteca Pública e Presidente da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras de Braga, aceitem o encargo de promover a efectivação deste objetivo.” — O parecer é subscrito pelos srs. D. P. Barreira, José Gonçalves da Silva Júnior e Afonso de Miranda.)

*

(*Em seguida foi encerrada a sessão.*
Eram 13 horas.)

Segunda Sessão

Dia 20 de Junho, ás 10 horas

Presidente — o sr. Domingos Pires Barreira, presidente do Grémio do Minho.

Vice-presidente — o sr. Guilherme Augusto Barreira, da câmara de Guimarães.

Secretários: os srs. Geraldo de Abreu Vasconcelos, da câmara de Arcos de Valdevez e Francisco José da Cruz Matos, da câmara de Vieira.

EXPEDIENTE

Telegramas — Do Grémio do Minho, de Lisboa, saudando o Congresso.

Da Direcção dos Caminhos de ferro do Norte de Portugal, queixando-se dos embaraços na construção das suas linhas, pois nem se lhe tem aprovado a linha da Trofa à Senhora da Hora.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O sr. Presidente (Pires Barreira) agradece a distinção que lhe foi dada e faz considerações à cerca dos trabalhos, esperando que do zelo dos senhores congressistas saia uma obra prestigiosa para a Província. Faz referências à Imprensa e à sua cooperação no Congresso.

O sr. Secretário Geral do Congresso (Falcão Barata), lê a ordem dos trabalhos.

O sr. Conde de Azevedo saúda a presidência e o Grémio do Minho e propõe um voto de sentimento pelo falecimento do sr. Júlio Augusto Henriques, natural do Arco de Baúlhe, e homem de sciência notável, o primeiro professor de Agricultura.

(A proposta do sr. Congressista é lida na mesa e aprovada).

O sr. dr. Francisco Costa, presidente da Câmara de Cabeceiras de Basto, agradece a proposta do sr. Conde, à qual se associa em nome do seu concelho.

O sr. Guilherme Barreira lê uma comunicação dirigida ao Congresso pelo sr. dr. Jaime de Abreu, presidente do Sindi-

cato Agrícola de Vieira, que satidando o rio Cávado, defende a ideia de melhorar as snas condições de navegabilidade.
(*Aplausos*).

O sr. Francisco Costa, propõe que se exare na acta um voto de saüdação à imprensa, e em especial à imprensa de Braga.

O sr. Presidente (Pires Barreira), associa-se a tal saüdação.
(*O voto é aprovado*).

O sr. A. L. de Carvalho, defende a seguinte moção :

“O Congresso Municipalista Minhoto, reünido em Braga, recordando o apêlo dirigido às Câmaras Municipais e Juntas Distritais pelo Congresso Nacional das Misericórdias, exprime o desejo bem sincero de cooperar, pelos meios administrativos ao seu alcance, no alevantamento económico e social das nobilíssimas instituições de caridade cristã, criadas e amparadas pelos homens bons dos concelhos, a cuja obra de abnegação, de sacrifício e de altruismo presta as homenagens da mais sentida admiração e reconhecimento. O Congressista, *A. L. de Carvalho*.”

É lido na mēsa um Apêlo do sr. Presidente do Grémio do Minho, para que os minhotos procurem fazer viver e prosperar os elementos bancários provinciais.

ORDEM DO DIA

*Subsídios para a resolução do problema
da instrução popular no país*

O sr. dr. Francisco Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Vila Verde, apresenta a sua comunicação sôbre assuntos do ensino. Mostra a deficiência de escolas, insuficientes para as necessidades do combate ao analfabetismo. Apresenta várias dificuldades da organização do ensino, e alvitres para favorecer a construção de edifícios escolares. É êrro gravíssimo querer extinguir a Escola Normal de Braga, quando é necessário criar Escolas Normais bastantes e até mais numerosas. Desenvolve as ideias referidas e termina apresentando as suas conclusões, no sentido exposto.

O sr. Presidente (Pires Barreira), faz considerações à memoria apresentada.

O sr. Afonso de Miranda invoca o regimento.

(Baixando à comissão de pareceres, esta manifestou a sua aprovação a 1.^a, 2.^a e 3.^a conclusões ; quer que a 4.^a seja sugerida aos orga-

nismos do professorado ; recomenda a 5.^a a séria ponderação dos organismos administrativos locais e ao civismo dos cidadãos, e a 6.^a de-seja vê-la submetida a um critério de equilíbrio e bom senso administrativo. — Subscrevem os srs A. L. de Carvalho e Afonso de Miranda.

CONCLUSÕES

(aprovadas em última redacção na sessão final por unanimidade as 1.^{as} quatro, e por maioria as últimas).

- 1.º O Congresso Minhoto reconhece a necessidade inadiável de acabar com o analfabetismo que nos avilta aos olhos das nações cultas.
- 2.º Em consequência disso reconhece também a necessidade de se crearem tantas escolas quanto as necessárias para se conseguir aquêlê fim.
- 3.º Como o erário público não pode comportar tôda a despêsa necessária para a construção dos edifícios escolares necessários, que o Estado facilite por todos os meios, o oferecimento dos edifícios por particulares.
- 4.º Que aos professôres, o Estado facilite os empréstimos necessários a contrair na Caixa Geral de Depósitos para custear as despêsas a fazer com a edificação das escolas que êles pretendam oferecer, encarregando-se o Estado dos juros.
- 5.º Que para mais facilitar este objectivo o Estado promova que as Câmaras Municipais e mais Corporações administrativas e localidades interessadas auxiliem as novas escolas a construir oferecendo terreno, materiais de construção, carrêtos, mobiliário e material didático.
- 6.º Que para promover o oferecimento dos edificios escolares pelos professôres, este Congresso reconhece a necessidade de se conservarem as cinco escolas normais primárias que ainda funcionam.

*O problema da assistência entregue às
Juntas Gerais dos Distritos*

O sr. capitão José Gonçalves da Silva, presidente da Junta Geral do Distrito de Braga, apresenta a sua tese, depois de saudar num elegante preâmbulo, o Presidente da sessão.

Faz o estudo profundo e minucioso do problema da assistência nas suas manifestações; refere-se às dificuldades da acção benéfica das associações e obras de assistência que entende devem ser melhoradas e coordenadas, para exercerem melhor a sua acção. Mostra que as medidas tomadas para resolver o problema da assistência não tem sido proficuas, e preconiza, por isso, que os serviços dessa natureza se entreguem aos Corpos Administrativos, considerando essa as-

sistência aos doentes e desvalidos como um dever das sociedades.

(Esta tese teve parecer conjuntamente com outras de índole semelhante).

CONCLUSÕES

Eram assim redigidas, e foram aprovadas com o aplauso da sessão :

- 1.^a Que sejam entregues às Juntas Gerais todos os serviços de Assistência e bem assim as respectivas receitas cobradas nas áreas dos seus distritos.
- 2.^a Que o problema da Assistência, intimamente ligado ao problema social, será pelas Juntas Gerais orientado no sentido de se obterem resultados práticos, no que respeita à regeneração da sociedade e bem estar do indivíduo.
- 3.^a Que o ensino da mocidade, a cargo da Assistência pública, passe a) ter uma feição acentuadamente profissional, com garantias de previdência, como convém aos interesses de cada um e da colectividade.
- 4.^a Que os estabelecimentos de beneficência, a criar por conta da Assistência e tendo em vista o aperfeiçoamento ou alargamento destes serviços, sejam equitativamente distribuídos pela área do distrito, tendo em vista uma maior dispersão de auxílio. a — Conservar se há a situação das actuais casas de caridade e bem assim, tanto quanto possível, a orientação inicial, em respeito ao espírito com que foram criadas.
- 5.^a Que a administração dos diferentes estabelecimentos de beneficência fique debaixo da responsabilidade das Juntas Gerais, sob a fiscalização superior duma comissão a nomear pelas instâncias superiores.

*Acção dos Corpos administrativos na
Assistência às Mães e à Primeira
Infância*

O sr. Afonso de Miranda. Depois de saudar a Mêsá, explana a sua tese que começa por dizer que todo o território ao Norte do Douro deveria ser considerado como província do Minho. Depois, no assunto, afirma que a falta de protecção às mães no período de gravidez é uma causa importante da grande mortalidade infantil, agravada por erros e preconceitos graves. Combate vários desses erros e preconceitos, preconizando a assistência às mães na gravidez e às crianças na primeira infância, para obviar ao tremendo índice da mortalidade infantil, que atinge 25 0/0 no norte do país. Refere-se à obra de defesa realizada por vários países extran-

jeiros, afirmando que a vida deve defender-se desde o seu início.

(A tese teve parecer em conjunto com semelhantes, na respectiva comissão).

CONCLUSÕES

As conclusões apresentadas pelo orador e aprovadas na sessão, foram as seguintes :

- 1.º Que as Juntas Gerais dos Distritos desta província do Minho tomem a seu cargo o problema da assistência infantil vasada nos modernos conceitos da solidariedade humana e, agregando a si os elementos que julgarem convenientes, lancem, sem perda de tempo, a primeira pedra para a edificação desta grandiosa obra.
- 2.º Que a criação dos fundos necessários à sua sustentação se façapor uma percentagem variável sôbre as contribuições gerais do Estado.
- 3.º Que para êste efeito sejam colectadas especialmente aquelas indústrias ou serviços que pela sua natureza especial mais contribuam para o esgotamento das classes trabalhadoras e mais prejudiquem a hygiene social.
- 4.º Que todos os artigos de luxo e gôso supérfluos sejam também contribuidos para êste efeito.

O problema da Instrução Primária resolvido pelas Câmaras Municipais

O sr. capitão João Sequeira, começa por aludir ao desleixo que muitos pais manifestam no tocante à educação de seus filhos, aos quais não mandam às escolas, sem que nada os desculpe. Elogia os numerosos professores que bem cumprem a sua missão, e diz que os desleixados são os que se imbuiam da política.

Faz depois a crítica da legislação que regula os serviços escolares. O mais completo e descentralizador Decreto sôbre o ensino primário foi o 5787-B, de 10 de Maio de 1919, da autoria do ministro sr. dr. Joaquim de Oliveira, alterado, porém, pelos seus sucessores. Faz a crítica de sucessivas remodelações que, centralizando os serviços e direcção, nunca se esquecem de declarar que ficavam as despesas a cargo Câmaras Municipais. Descreve a situação do país no que respeita a analfabetismo, e apresenta a sua maneira de vêr quanto a meios práticos para combater o mesmo analfabetismo. Termina apresentando as suas conclusões.

*

O sr. Presidente (Pires Barreira), faz o elogio da tese.

O sr. dr. Francisco Antônio Gonçalves, faz considerações sobre alguns dos princípios propostos e realizações práticas. Não concorda que a direcção do ensino seja confiado às Câmaras.

*

(Baixando à Comissão de pareceres, esta foi de opinião que a tese devia ser substancialmente aprovada. Recordou o parecer que embora algumas corporações administrativas se houvessem com deficiências foi no período em que o ensino esteve a elas directamente confiado que mais se desenvolveu em muitos municípios. Ressalvou ainda a comissão, algum ponto de natureza técnica da pedagogia, aplaudindo, porém, o intuito da tese no encerrar a sério o combate ao analfabetismo.)

CONCLUSÕES

Redacção das conclusões aprovadas na sessão :

- 1.º Que tãda a instrução infantil e primária fique a cargo das Câmaras Municipais, com autonomia completa
- 2.º Que os fiscais do ensino sejam apenas, pela parte do ministério da instrução, os 87 inspectores de círculo.
- 3.º Que o Decreto com força de lei 5787-B de 10 de Maio de 1929 e respectivo regulamento de 29 de Setembro do mesmo ano, voltem a ter plena execução com as modificações seguintes :
 O art. 4.º substituído por : — A junta escolar de cada concelho será composta do presidente da C. M., vereador do pelouro de instrução, inspector escolar ou seu delegado, secretário de finanças, e um professor com residência na sede do concelho.
 Em cada freguesia haverá uma junta escolar composta pelo presidente da Junta, regedor e um professor com residência na freguesia.
 O n.º 7.º do art.º 46.º substituído por : — Será arrecadada pelas câmaras municipais a parte que corresponde aos vencimentos dos professores das escolas infantis, primárias e móveis, do adicional criado pelo art. 68 da lei 1368 de 21 de Setembro de 1922 e elevado pelo art. 11 da lei 1668 de 9 de Setembro de 1924, para que as Câmaras Municipais possam satisfazer os ordenados dos professores.
- 4.º Junto de cada escola funcionará uma cantina que fornecerá uma refeição diária gratuita às crianças pobres.
- 5.º As juntas escolares da freguesia organizarão relações com os nomes das crianças em idade escolar e que frequentam as escolas; das que as não frequentam e dos motivos; dos indivíduos a quem devam ser applicadas multas por analfabetismo; do número de crianças que precisam de auxilio das cantinas; orçamentos para obras e cantinas, descriminando as importâncias com que

a Junta pode concorrer e bem assim as de qualquer bemfeitor.

Estas relações seriam enviadas á Junta Escolar do concelho até um mês antes do princípio do ano escolar. A Junta escolar do concelho devia ter tudo resolvido até 15 dias antes do princípio do ano escolar. Esta mesma Junta enviaria ao Ministério da Instrução os duplicados das relações para efeito das estatísticas ou sanções a aplicar a qualquer dos membros da Junta.

- 6.º Qualquer dos membros das Juntas escolares que faltasse ao cumprimento dos seus deveres seria demitido e suspensas as suas funções políticas por 6 anos.
- 7.º Qualquer dos membros da Junta Escolar do concelho é competente para fiscalizar todos os serviços que se relacionam com a instrução infantil e primária do seu concelho.

O Ensino Técnico elementar — Bases para a organização

O sr. D. Miguel Alvares Pereira Forjaz de Lacerda, director da Escola Industrial e Comercial Bartolomeu dos Mártires — Apresenta a sua tese sobre a reorganização do ensino técnico, que começa por definir a natureza desse ensino, e a necessidade de o organizar por forma que habilite o indivíduo a triunfar na vida.

A última parte deste trabalho, eminentemente prático, é constituído por umas bases completas da reorganização do ensino técnico.

*

(O parecer da comissão, elogiando o magnífico trabalho do illustre congressista, propõe que sejam votadas as conclusões, “com o que se condenará a ineficácia dos resultados dessas escolas e firmará que o ensino técnico e profissional é uma necessidade da nossa região e do nosso povo.” — Subscreveram o parecer os srs. dr. Alberto Feio e A. L. de Carvalho).

CONCLUSÕES

Foram, de harmonia com o parecer, votadas as seguintes conclusões da tese apresentada :

- 1.º Reorganização do ensino técnico elementar, de harmonia com as bases anexas a esta tese.
- 2.º Obrigatoriedade do ensino técnico elementar em tôdas as localidades que possuam escolas industriais e comerciais.
- 3.º Não criar mais escolas sem que as existentes sejam dotadas convenientemente com edificios apropriados, mobiliário escolar e material didático indispensável.
- 4.º Montar em tôdas as escolas industriais existentes as oficinas res-

- pectivas fornecendo-lhes capital e maquinismos que permitam a sua industrialização.
- 5.º Montar em tôdas as escolas comerciais a aula-escritório, dotando-a do material moderno de escritório.
 - 6.º Pagar semanalmente um salário convencional aos alunos matriculados nas oficinas.
 - 7.º Dotar as escolas com um fundo especial destinado a segurar os alunos matriculados nas oficinas.
 - 8.º Elevar dentro das condições financeiras do Estado as dotações de cada escola.
 - 9.º Dotar cada escola com um fundo especial destinado a segurar o edifício quando do Estado e o material e o mobiliário existentes.

O regionalismo na Architectura

O sr. **Alfredo da Assunção Santos**, architecto professor e vogal-secretário da comissão administrativa da Junta Geral do Distrito de Viana do Castelo. — Não é minhoto, mas tem á Província devotado amôr, e como português a acompanha. Começa por apresentar duas questões: — “A architectura minhota considerada debaixo do ponto de vista tradicional e histórico — e encarada sob a sua feição higiênica.”. Mostra que o Minho é um vasto repositório de architectura monumental, e refere se ás construções románicas, ogivais (incluindo o manuelino), flamengas, renascença e barrocos. Passa a analisar a tendência desnacionalizadora de construções modernas, e critica as condições higiênicas da habitação, terminando por várias conclusões, em harmonia com a sua erudita exposição.

*

(A comissão de pareceres elogiando a precedente tese, e propondo que se votassem as suas conclusões, salienta a importância: *a)* do Album regional, *b)* do saneamento das povoações, *c)* de se impedirem construções incaracterísticas, *d)* de se promover a construção de casas higiênicas. — Subscrevem o parecer os srs Conde de Aurora, A. L. de Carvalho e Manuel da Silva Dias.)

CONCLUSÕES

Foram as seguintes as conclusões votadas em harmonia com a tese e respectivo parecer :

- 1.º Compilação em album especial de todos os monumentos minhotos, especialmente dos solares.
- 2.º Estabelecimento de uma legislação camarária por intermédio das suas comissões de estética, de forma que procure por todas as

formas evitar que a ausência de gosto e pouco critério dos proprietários desses solares ou outros monumentos, os descaracterizem, alterando-lhes a belêsa de linhas pelo mau acrescentamento de quaisquer corpos.

- 3.º Criação de maior número de bairros populares, construídos na forma tradicional nas cidades e nas vilas de maior desenvolvimento.
- 4.º Procurar junto das Câmaras Municipais obter que procedam imediatamente ao estudo dos seus saneamentos — construindo as necessárias rêdes de esgoto em condições de salubridade perfeita.
- 5.º Consecução de tôdas as medidas atinentes a evitar a construção de habitações em condições deficientes, quer sob o ponto de vista da comodidade e conforto, quer da hygiene.
- 6.º Nomeação de uma grande comissão de médicos higienistas para elaborarem um relatório em que apontem quais as causas prováveis que mais tenham contribuído para o aumento da mortalidade, quer infantil, quer de adultos, e quais as medidas que em seu entender se devem tomar desde já para a procurar debelar.

*

O sr. Presidente, (Pires Barreira) — Congratula-se com o modo como decorreram os trabalhos e com o brilho das teses apresentadas.

O sr. Secretário Geral, (Falcão Barata) — Anuncia a ordem dos trabalhos seguintes.

*

Em seguida foi encerrada a sessão.

Eram 13 horas.

Terceira Sessão

Em 20 de Junho, ás 15 horas

Presidente — Dr. Domingos José Soares, presidente da Comissão Administrativa da Câmara de Braga.

Vice-presidente — Capitão Augusto César de Brito, da Câmara de Celorico de Basto.

Secretários : Dr. João Rodrigues Fontes, da Câmara de V. Nova de Cerveira, e Bemvindo de Araújo, da Câmara de Ponte de Lima.

*

O sr. Presidente (Domingos Soares) agradece a honra que lhe é dada e faz votos pelo bom êxito dos trabalhos.

EXPEDIENTE

Telegrama do sr. Ministro das Finanças : — Agradece as saudações do Congresso.

ANTES DA ORDEM

O sr. Alfredo da Assunção Santos, propõe um voto de sentimento pela morte trágica do dr. Luciano Pereira da Silva, professor distinto e minhoto ilustre.

E' aprovado.

O sr. Conde de Aurora faz uma brilhante comunicação sobre assuntos de estética, especialmente referentes á indumentária. O abandono do trage é mais importante do que á primeira vista pode parecer. Apresenta vários alvitres para a propaganda do trajar minhoto, e vê na defesa dos costumes provincianos, a defesa do pensamento nacional, propondo ao efeito uma comissão de estética, encarregada da defesa do trajo regional.

*

(Sobre a comunicação foi dado parecer pela comissão respectiva, que elogiou o pensamento, aplaudindo o alvitre, ainda que acrescentando poder encarregar-se a indicação da "Comissão de Estética," alludida a uma colectividade com afinidades de cultura mental, lembrando

aõ effeito a Associação dos Jornalistas de Braga que, com o autor da tese e os elementos que entendesse agregar, trataria da Defêsa do Trajo Popular Minhoto. — Subscreveram o parecer os srs. Manuel da Silva Dias, dr. Alberto Feio e A. L. de Carvalho, relator).

*

O sr. Augusto Luís de Albuquerque, da Câmara de Vieira, referindo-se a uma moção do sr. Pires Barreira, justifica a maneira como no Gerez se tem procedido ao repovoamento florestal.

O sr. Domingos Pires Barreira, faz considerações, e defende os seus pontos de vista.

*As economias do agricultor minhoto a
concentrar no próprio meio*

O sr. Domingos Pires Barreira, apresenta uma memória sobre a economia do Minho, entrando em pormenores de ordem técnica. Diz que muito peizam sobre a Lavoura Minhota as medidas de salvação pública últimamente decretadas. Faz o estudo de vária legislação fiscal, concluindo que o aumento de contribuições é sensível para a média e pequena propriedade, e não para a grande lavoura. Por isso peza mais sobre o Minho. Fala sobre a necessidade do cadastro geométrico.

O sr. Conde de Aurora propõe que se mande imprimir a memória, e no seu sentido, se telegrafe ao Ministro das Finanças.

O sr. dr. Francisco Costa, faz algumas considerações dizendo que o sr. Ministro das Finanças não foi injusto, mas teve que partir de bases imperfeitas. Para já entende que é preciso aceitar a obra do sr. Ministro das Finanças e confiar nele.

O sr. Conde de Aurora manifesta as suas opiniões de simpatia pelo sr. Ministro das Finanças, pelo Govêrno e a Situação, e renova a proposta do telegrama.

O sr. Pires Barreira esclarece que nenhuma responsabilidade assaca ao sr. Ministro das Finanças.

O sr. Teixeira da Silva observa que só o cadastro geométrico dará ao assunto proposto uma solução satisfatória.

(São aprovadas: a Memória, a sua publicação e a expedição do telegrama.

A' Mêsá é incumbida a respectica redacção).

ORDEM DO DIA

A Divisão da Propriedade na Emigração e no Urbanismo

O sr. dr. Francisco Costa, presidente da Câmara de Cabeceiras de Basto, — apresenta a sua tese. Depois de um prólogo de saudação e manifestação de espírito regionalista, municipal, mostra que é extrema a divisão da propriedade no Minho e sua influência na emigração e no urbanismo. Entende que a divisão é um obstáculo ao desenvolvimento da sciência agrícola, e aperfeiçoamento da lavoura. A legislação que força à desagregação da propriedade em partilhas sucessivas, tem sido um elemento destruidor, e por isso a emigração representa muitas vezes a única esperança de salvação do lavrador arruinado. Critica o estado da lavoura pulverizada, e as causas da sua pulverização, partilhas, divórcios, etc., defendendo a organização de casais de família, e combatendo a tendência a emigrar para a cidade, abandonando as terras. Quere que se avigore o espírito de família, vinculando a propriedade.

Apresenta em seguida as suas conclusões.

(*Aplausos*).

O sr. P. Gachineiro, da Câmara dos Arcos, faz referência a uma passagem da tese, sobre o divórcio, no intuito de ressaltar doutrina teológica, que lhe parece não estar convenientemente esclarecida.

O orador dá explicações.

O sr. Conde de Azevedo propõe que a discussão da tese se faça conjuntamente com a do sr. engenheiro Justino de Amorim, que tem com ela pontos de contacto.

*

(Ao baixar à comissão de pareceres, esta foi de opinião que “da-da a elevação e justeza de conceitos e o brilhante recorte literário da forma, as suas conclusões merecem ser votadas por aclamação.” — Assinam o parecer os srs Conde de Azevedo, Justino de Amorim e Conde de Vilas Boas.)

CONCLUSÕES

As conclusões aprovadas pelo Congresso são as seguintes :

- 1.º A divisão da propriedade no Minho é um obstáculo ao desenvolvimento da agricultura e uma das causas da emigração e do urbanismo que cada vez mais se notam nesta provincia.

- 2.º A emigração é um mal que é preciso remediar e evitar, com medidas de protecção à propriedade e o urbanismo um mal maior pela dissolução de costumes nas aldeias, a que dá lugar.
- 3.º A divisão da propriedade tem sido obrigatória pela sua sujeição às leis de sucessão, pela partilha forçada a que estas obrigam,
- 4.º A lei do divórcio, pelas facilidades que concede à dissolução do casamento, também contribue para a divisão da propriedade.
- 5.º E' preciso modificar a nossa legislação, criando o *bem de família*, ou reformando a antiga lei dos morgados, conforme as exigências da época presente, não só em benefício da propriedade, da lavoura e da população dos campos, como ainda para fortalecer a organização da família — a base mais sólida e mais sã de todas as sociedades.
- 6.º E' necessário também, em benefício da propriedade e da família, cercear as facilidades do divórcio e eliminar da nossa legislação o divórcio por mútuo consentimento.
- 7.º Com estas medidas, além de se evitar a divisão da propriedade, pode desenvolver-se a agricultura — que é a maior riqueza do Minho e do país — ocupar-se nela uma maior população e evitar-se o êxodo para as cidades e para o estrangeiro.

O problema agrícola Minhoto

O sr. engenheiro José Justino de Amorim apresenta as suas memórias sobre o problema agrícola minhoto.

São três aspectos do problema que encaram: — o problema da divisão da propriedade, na qual preconiza um tipo médio equilibrado; — o problema dos vinhos verdes, condenando a introdução de castas exóticas e produtores directos, — a cultura racional do milho e os afolhamentos tradicionais.
(*Aplausos*).

*

Ao baixarem à Comissão de pareceres, esta deu às teses uma elogiosa aprovação, subscrita pelos srs. Conde de Azevedo e Conde de Vilas Boas.

CONCLUSÕES

São do teor seguinte as conclusões dos três capítulos versados :

I

A Propriedade Rústica do Minho

- 1.º Os benefícios da pequena propriedade são inúmeros E' sabido que a produção por unidade de superfície é muito mais elevada na pequena propriedade que na grande, e, além disso, aquela oferece ao mercado maior quantidade de productos.
- 2.º A propriedade rústica no Minho está muito dividida. Há quem di-

- ga que ela está pulverizada, por pulverização se entendendo uma divisão do solo que ultrapassa os limites mínimos.
- 3.º A expressão pulverização da propriedade tem de ser tomada em dois sentidos No *sentido* de *redução da área dos prédios rústicos para àquem do limite mínimo*, e no sentido de *dispersão* das glebas que o constituem. A pulverização da propriedade minhota no sentido de *redução da área dos prédios rústicos para àquem do limite mínimo* não se deu ainda, nem se dará nunca, porque, factores ocasionais, mas fatais, intervêm a tempo de evitar uma desorganização total; mas em virtude disto
 - 4.º A propriedade minhota vive uma vida instável. A' desintegração de um prédio autonómicamente organizado, sàbiamente constituido para perdurar como organismo material e moral, corresponde, é certo, em outro lugar uma integração equilibrante que repõe as coisas nos seus primitivos termos; mas se se reparou, por um automatismo fácilmente comprehensível, um mal material, não se reparou um mal moral
 - 5.º A *dispersão* da propriedade rural minhota é um facto lamentável, mas em certos casos imposta por condições ineluctáveis.
 - 6.º Não há nenhuma conveniência para a colectividade minhota que a propriedade rústica esteja á mercê dos multiplos factores destrutivos da sua continuidade e integridade; portanto,
 - 7.º Tôdas as leis, disposições e medidas que contrariem a divisão predial e facilitem, até um certo limite a aglomeração de glebas, beneficiarão e moralizarão a propriedade no norte de Portugal; e por isso
 - 8.º Não deveria ser permitida a divisão de prédios contínuos com 3 ou 4 hectares de superfície—isto é, a superfície suficiente para o sustento de uma família de cultivadores em plena posse de meios de trabalho—visto essa divisão implicar detrimento predial e social
 - 9.º E' necessário que a legislação portugueza permita a constituição de prédios indivisíveis, inalienáveis e impenhoráveis—o chamado *casal de família*.
 - 10.º As trocas de glebas destinadas ao arredondamento de prédios rústicos com menos de 4 hectares devem ser isentas de contribuição de registo.
 - 11.º As licitações num prédio feitas por um herdeiro, tendentes a manter íntegro o predio herdado, devem ser isentas de contribuição de registo, ou esta deverá ser muito diminuída, quando esse prédio não exceda 4 hectares.
 - 12.º O emparcelamento obrigatório poderia ser ensaiado nas veigas e várzeas da Provincia em que a fragmentação atingiu o máximo.

II

A vinha alta e os vinhos verdes

- 1.º E' urgente fazer uma escolha criteriosa das castas tradicionais, baseada em prévios estudos enológicos, eliminando umas e elegendo outras, de conformidade com as conclusões desses estudos.
- 2.º Os mostos das melhores castas regionais teem uma composição muito semelhante aos mostos das castas francêsas, delas se distinguindo quási sómente por uma mais elevada acidez.
- 3.º Com as castas da região dos vinhos verdes, devidamente seleccionadas, é possível, em minha opinião, mesmo dentro do actual sis-

têma de cultura da vinha alta, fabricar excelentes vinhos de pasto, muito semelhantes aos de Médoc e de Bordeus, embóra, como é para desejar, mantendo as suas características inconfundíveis; mas para atingir esse *desideratum*, é preciso:

a) Proceder, como já se disse, á selecção das castas regionais;

b) Evitar as doenças criptogâmicas, que depreciam muito os vinhos fabricados com as uvas atacadas. Dever-se há, para isso, intercalar nas applicações da calda bordaleza, ou outras similares, o tratamento com os pós cúpricos;

c) Fazer, tanto quanto possível, vindimas tardias;

d) Dar aos vinhos verdes os tratamentos que são de uso corrente nas regiões vinícolas afamadas, tais como as trafégas, as colagens e as sulfurações, única maneira de obter vinhos límpidos e macios, sem sabôr a bôrra — e com o arôma e fragrância dos productos selectos.

4.º A Regulamentação da producção e comércio dos vinhos verdes deve ser completada com a criação das adégas regionais ou sociais.

5.º Os *productores directos* que a Província hoje cultiva, devem, quanto ao seu valor enológico, ser condenados *in limine*. Se fôr preciso recorrer um dia aos *productores directos*, estes devem ser criados por nós, viticultores minhotos, fazendo intervir, como progenitores das variedades a criar, as nossas melhores castas regionais.

III

A cultura racional do milho e os afolhamentos tradicionais

1.º A colheita do milho e feijão, no Minho, chega para o consumo minhoto, e sobra até para exportação.

2.º O Minho pode aumentar a sua colheita de milho. Não é porém esse o objectivo que se deve procurar atingir. Deve-se, pelo contrário, procurar reduzir a superfície hoje destinada ao milho, obtendo se, apesar da sua redução, a mesma quantidade de este cereal.

3.º Essa redução impõe-se, não só para obter uma mais rica, abundante e variada colheita de productos alimentares do homem, mas também para dar solução ao problema forrajeiro — visto estar suficientemente demonstrado que não colhemos alimentos suficientes, em quantidade e qualidade, para o gado da Província.

4.º Impõe-se ainda essa redução por razões de ordem técnica. Uma rotação racional de culturas exige a alternância destas, feita dentro de preceitos há muito estabelecidos. Uma determinada cultura não deve succeder a si mesma, devendo intercalar-se com leguminosas que enriquecem a terra em azote, e outras plantas de diferentes exigências alimentares.

5.º O pão de milho é um alimento incompleto, a que falta pelo menos uma vitamina.

6.º Para se obter a mesma colheita de milho em uma superfície mais reduzida, e por processos mais económicos, é preciso:

a) Abandonar a sementeira a lanço e substituí-la pela sementeira em linhas e pela sementeira á americana, este último processo devendo ser o único usado nas terras secas ou nas de fraca capacidade para a água;

b) Dar pelo menos 4 sachas ao milho, as duas últimas destinadas apenas a destruir ligeiramente a crosta que se forma após cada rega, o que pode fazer-se, sem grande onus para a cultura, com uma pequena grade, se a sementeira fôr feita em linhas.

c) Regar um menor número de vezes, mas de forma a que cada rega seja bem utilizada pela cultura;

d) Fazer o emprego mais intensivo de adubos minerais;

d) Proceder imediatamente á selecção das variedades regionais de milho, tarefa que pertence mais ás Estações Officiais que á própria lavoura.

ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

O sr. Presidente, por motivo do adeantado da hora, vai suspender a sessão, deixando para o dia seguinte a tese que ainda falta. Quanto à magnitude dos assuntos que tem sido tratados é tal que não duvida que as Câmaras promovam a impressão das teses. Ele, no Município a que pertence, defenderá essa ideia.

O sr. A. L. de Carvalho:—Em virtude da importância e vastidão dos assuntos que tem sido tratados no Congresso proponho o desdobramento das comissões de pareceres.

(O Congresso aprova).

Vozes: Indique V. Ex.^a a constituição das comissões.

O orador:—Poderia ser a seguinte, se V. Ex.^{as} o entenderem:

(Leu).

(O Congresso aprovou por aclamação.)

Em seguida foi encerrada a sessão. Eram 18 horas.

TELEGRAMA

O telegrama enviado ao sr. Ministro das Finanças, de acôrdo com a resolução tomada nesta sessão, foi assim redigido:

“Ex.^{mo} Ministro Finanças — Lisboa .

O Congresso Municipalista Minhoto reunido na sua terceira sessão ordinária, em que brilhantemente foram tratados assuntos respeitantes a impostos sobre propriedade rústica, saúda V. Ex.^a pela coragem mostrada na solução das dificuldades financeiras do país esperando que numa revisão próxima da distribuição dos impostos o Minho seja aliviado da grave injustiça que tem presidido àquela distribuição.

Presidente Mês

Domingos José Soares,

Quarta Sessão

Em 21 de Junho, ás 9 horas

Presidente — Tenente Manuel da Silva Dias, da Câmara de Viana do Castelo.

Vice-presidente — Dr. Francisco A. Gonçalves, presidente da Câmara de Vila Verde.

Secretários : Tenente Afonso Botelho, da Câmara da Póvoa de Lanhoso; Capitão Avelino Gomes, da Câmara de Valença.

*

O sr. **Presidente** saúda, em nome da Câmara de Viana do Castelo, o Congresso e faz votos pelo bom resultado de todos os trabalhos.

EXPEDIENTE

Cartas : — Da “Aurora do Lima”, saú dando o Congresso e fazendo-se representar pelo sr. P. Silva Gonçalves.

Do sr. Presidente do Instituto Histórico do Minho, — saú dando o Congresso, e desculpando-se de não poder assistir.

Telegramas : — Do sr. capitão Caravana, presidente da Câmara de Barcelos — fazendo votos pelo bom êxito dos trabalhos, lamenta não poder trazer, como projectava, uma tese.

Do sr. João Cruz, presidente da Associação Comercial de Barcelos, impossibilitado de comparecer, saú da o Congresso e faz votos pelo bom êxito.

Ofício do sr. Presidente do Conselho de Administração da Companhia dos Caminhos de Ferro do Norte de Portugal. Manifesta como não lhe cabe responsabilidade na falta de execução do plano ferroviário, que tem sido impedido pelas disposições burocráticas. Junta vários documentos.

ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Secretário Geral do Congresso** (sr. Falcão Barata) lê o programa da ordem dos trabalhos.

O sr. **Presidente** faz considerações acerca do ofício da

Companhia dos Caminhos de Ferro, lamentando se não deem facilidades para a expansão das linhas ferroviárias.

Nesta ordem de ideias falam ainda os srs. Afonso de Miranda, Pires Barreira e Teixeira da Silva.

A reclamação baixa à comissão.

E' aprovado, sob proposta do sr. Teixeira da Silva que se envie um telegrama ao Governo advogando os desejos da Companhia.

*

O sr. Domingos Pires Barreira envia para a mēsa uma proposta para uma manifestação congratulatória por se haverem reconhecido as boas qualidades das águas do Gerez. Protesta contra a difamação que delas fizera um antigo médico da estância.

Envia, para arquivo, uma colecção de artigos que escreveu há dois anos no "Correio do Minho", sobre a preparação do Congresso.

ORDEM DO DIA

*A Associação "Grémio do Minho," e
a Província. - A fundação da
"Casa do Minho," em Lisboa
e Porto*

O sr. Domingos Pires Barreira, presidente do Grémio do Minho, apresenta a memória, com o título acima.

Refere-se à fundação e fins do Grémio, e a um inquérito que promoveu, e que não tem sido atendido com bastante interêsse.

Propõe a fundação de uma "Casa do Minho," para tratar dos interesses da Província nas duas capitais.

O sr. Presidente (Tenente Manuel da Silva Dias) — propõe que o Congresso recomende aos interessados o inquérito referido, pedindo lhe respondam. Também propõe que se trate da fundação da Casa do Minho.

O Futuro do Minho

O sr. António C. R. de Azevedo, do Sindicato de Amares, apresenta uma Memória em que se refere aos aspectos do Minho, às suas condições de lavoura, e à possibilidade de apro-

veitar mais as águas nascentes, para regas e produção de energia.

Mostra que do aproveitamento das águas depende a resolução de vários problemas provinciais, deduzindo uma única conclusão:

“O futuro do Minho está subordinado ao aproveitamento racional da água.”

*

(A comissão de pareceres foi de opinião que a memória devia ser acolhida com merecido interesse.)

Crise da habitação

O sr. João Sequeira. — Apresenta uma proposta tendente a moderar convenientemente o preço das rendas de casa de habitação, e também a obter para as Câmaras facilidades de dinheiro destinado exclusivamente à edificação de casas baratas.

Vários congressistas pedem explicações.

A proposta baixa à Comissão.

*

O sr. Presidente. — Tem a palavra o Sr. Conde de Azevedo que ficou reservada, ontem, para a discussão das teses.

O sr. Conde de Azevedo. — Saída a Mêsá com muito carinho. Refere-se às teses dos sr. dr. Francisco Costa e do sr. dr. Justino de Amorim, analisando-as e comparando-as, e mostrando a concordância fundamental entre ambas.

O sr. Justino de Amorim — agradece as referências amáveis do orador.

O sr. dr. Francisco Costa — agradece também as referências que lhe fizera o orador.

*

(O sr. tenente Silva Dias deixa a presidência, que é ocupada pelo sr. dr. F. A. Gonçalves.)

II PARTE DA ORDEM DO DIA

Viana, estação de turismo

O sr. Tenente Manuel da Silva Dias, que passou à tribuna dos oradores, apresenta a tese da Câmara Municipal de Viana do Castelo. — Manifesta o desejo de colaborar numa obra de reconstrução nacionalizadora. Indica as razões porque Viana deve ser considerada uma estação de turismo. Cita as facilidades de comunicações e belêsa da situação. Mostra como, tendo Viana como centro, se podem estabelecer interessantes percursos através do distrito, apontando ainda a facilidade de prolongar alguns percursos dentro da Galiza. Defende depois o traje regionalista. Propõe a organização de um roteiro ilustrado da Província do Minho, com a colaboração dos melhores artistas, e a expensas dos Municípios.

*

O sr. dr. Francisco Costa, elogia a tese, a sua vernaculidade e a importância do assunto, propondo que seja votada por aclamação.

O sr. Domingos Pires Barreira, a propósito do assunto versado, lembra o estado ruinoso da ponte de Caminha.

O sr. Presidente (dr. Francisco A. Gonçalves) lembra a conveniência de se enviar um telegrama ao Governo, pedindo a sua reconstrução.

E' aprovado.

CONCLUSÕES

As conclusões da tese da Câmara de Viana, — sobre a sua cidade, estação de turismo, que foram aprovadas, eram assim redigidas:

- 1.º Que seja organizado um roteiro ilustrado da Província do Minho, com a colaboração dos nossos melhores artistas, a expensas de todos os municípios e Corpos Administrativos, o qual se destina à propaganda turística da Província, tornando-a ponto forçado de visita.
- 2.º Que este Congresso tome a resolução de pedir ao Poder Central a reparação imediata e urgente de tôdas as estradas que sirvam os pontos turísticos da Província, porque sem boas vias de comunicação, não há nem pode haver turismo.
- 3.º Que se congreguem tôdas as energias para que o Governo, em acção conjunta com o Governo espanhol, ou com empresas que a esse ramo se dediquem, procure atrair ao Norte de Portugal,

- com tôdas as facilidades, os turistas estrangeiros que periódicamente desembarcam em Vigo.
- 4.º Que por tôdas as formas e com persistência se encarregue um organismo ou organismos da Província, de fazer a propaganda turística do Minho, propaganda que poderia ser subsidiada, nos termos da primeira destas conclusões, pelas Corporações administrativas provinciais.
 - 5.º Que os corpos administrativos de tãda a Província, e suas principais autoridades concedam e consigam o máximo de facilidades para as emprêsas que estejam estabelecidas ou vehnam a estabelecer-se com fim turístico, especialmente emprêsas de transportes e hoteleiras.
 - 6.º Que êste Congresso estude e resolva a forma de combater o desuso do traje regional, aconselhando a rigorosa observância dos seus caraterísticos padrões e mostrando que o uso dêle, pela sua diversidade de policromia e beleza, é o maior encanto de quem visita a Província.

*

(Os srs. Conde de Aurora e A. L. de Carvalho, subscreveram a respeito desta tese uma opinião que a recomenda, e mostrando o desejo de vêr estabelecidos "Sindicatos de iniciativa," nas diversas sub-regiões.)

O sr. tenente Silva Dias reassume a presidência da sessão,

*O porto de Viana do Castelo, porto
comercial da Província do Minho*

O sr. Major Carlos de Barros, governador civil de Viana, faz a exposição da sua tese. — Começa por apresentar um bosquejo da história do porto de Viana; cita as qualidades dêsse porto, melhorado por diferentes obras que se tem ali realizado, e aponta as consequências económicas do movimento do porto. Mostra como o porto de Viana pode servir com eficácia a província, nas necessidades de navegação. Cita dados estatísticos da exportação para elucidar o assunto. Afirma que a própria Cuenca del Limia, galega, se interessa pelas obras do porto de Viana que lhe serve seus interesses.

Narra os trabalhos da Junta Autónoma, e termina pela conclusão de que o porto de Viana é o único da província capaz de satisfazer o seu movimento.

O sr. Presidente (Tenente Silva Dias) faz algumas referências ao assunto da tese,

O sr. dr. Francisco A. Gonçalves—diz que o concelho de Vila Verde não pode ser incluído na zona do porto de Viana,

por falta de comunicações, e não podendo utilizar-se dele, não é justo que tenha encargos na sua manutenção.

O sr. tenente Lauro Barros de Lima — observa que tendo o concelho de Espozende um porto próprio seu, não deve também ser incluído na zona de influência referida.

O sr. Conde de Azevedo — faz considerações sobre a influência do porto de Viana na Cuenca Limia, e manifesta-se de acôrdo com a proposta.

O sr. Domingos Pires Barreira — analisa as condições materiais dos portos de Espozende e de Viana, ambos os quais tem suas utilidades características. Viana necessita criar o seu *hinterland*, mediante a construção de estradas.

O relator, (sr. major Carlos de Barros) dá explicações. Fala das vantagens da descarga em Viana, feita no cais, do vapor para o vagon, o que tem dado á C. P. notáveis economias.

O sr. Pires Barreira — explana ainda alguns pontos de vista.

O sr. Engenheiro Teixeira da Silva — julga haver demasiado optimismo àcêrca do porto de Viana que conhece. Tem muita simpatia por ele, e deseja vê-lo melhorado. Braga, diz, não deve ser compelida a contribuir para o porto de Viana, visto que tem o seu porto de Espozende que, embóra considerado como porto de pesca, é utilíssimo e necessário.

O relator faz algumas considerações respondendo às observações feitas. A'cêrca das observações feitas pelo sr. engenheiro Teixeira da Silva, só dirá que, seja qual fôr a fórmula, para se construir convenientemente o porto de Viana, é preciso dinheiro. Agradece as referências elogiosas feitas pelos oradores.

*

(O parecer, aprovando elogiósamente a tese, introduziu modificações na redacção das conclusões, em harmonia com a manifestação do Congresso. Ficaram redigidas como se reproduzem. — Subscreveram os srs. D. P. Barreira, engenheiro Teixeira da Silva e Francisco Dias Costa).

CONCLUSÕES

Resumindo a doutrina da tese :

- a) O porto de Viana do Castelo é o único porto do litoral minhoto em condições de servir a Província ;
- b) A quasi totalidade dos vinhos verdes deve ser exportada por este porto, sobretudo se se mantiver o Entrepoto de Gaia;
- c) A zona de influencia do porto de Viana abraça todo o

distrito de Viana e os concelhos de Amares, Barcelos, Braga, Terras de Bouro e Vila Verde, do distrito de Braga.

d) Estes concelhos devem por isso contribuir para as obras do porto de Viana, devendo do adicional que a lei permite lançar sobre as contribuições do Estado, uma parte ser reservada para a construção do porto de Espozende.

e) A conclusão das obras projectadas deve ser confiada por meio de concurso, à empresa construtora de portos que maiores garantias ofereça.

E assim propõe:

- 1.º Que o Congresso represente ao Govêrno para que mande proceder à conclusão imediata das obras do porto de Viana, por ser o único porto do litoral minhoto que está em condições de servir a Província, permitindo a abertura do concurso para a adjudicação das referidas obras, e avalizando a operação financeira que êste acto implica, visto a Junta Autónoma do Porto de Viana ter réditos suficientes para garantirem o pagamento do capital e juros do empréstimo.
- 2.º Que o Congresso igualmente represente ao Govêrno para que inicie quanto antes a construção do caminho de ferro do Vale do Lima e o de Braga-Arcos de Valdevez, bem como a construção do trôço que falta na estrada Orense-Viana, entre Cidadelhe e a fronteira.
- 3.º Que represente ainda ao Govêrno para que mande estudar as possibilidades de uma rápida arborização das cabeceiras do rio Lima.

*

(Depois da discussão da tese precedente foi encerrada a sessão.

Eram 13 horas).

TELEGRAMA

Em harmonia com a votação do Congresso foi expedido o seguinte telegrama :

“Ex.^m Ministro do Comércio — Lisboa

A Província do Minho, reünida no seu 1.º Congresso Municipalista cumprimenta V. Ex.^a e solicita immediata e urgente reparação ponte sobre Coura, em Caminha, que a assim continuar constitue vergonha nacional.

(a) Presidente mêsas 4.ª sessão,

Silva Dias.,

Quinta sessão

Em 21 de Junho, ás 15 horas

Presidente — Cap. José Gonçalves da Silva.

Secretários: Tenente Lauro de Barros Lima, da câmara de Espozende, e Abel José Rodrigues da Costa Lopes, da câmara de Terras de Bouro.

*

O sr. Presidente (J. Gonçalves da Silva) — Congratula-se com a boa maneira como teem decorrido os trabalhos do Congresso.

Pede, depois, aos srs. Congressistas que não falem ao banquete de confraternização que vai realizar-se. Dá explicações àcerca da abertura da Feira de Amostras.

Quere esclarecer a situação do Congresso àcerca de representações, e dos membros que a estabeleceram.

Fixando, unicamente, os distritos de Braga e de Viana para o Congresso do Minho, de nenhum modo queria melindrar a Federação dos Sindicatos Agrícolas, nem a Lavoura. Era preciso partir de uma base; partiu-se da divisão política oficial, unicamente, sem com isso pretender contrariar as aspirações e interesses dos concelhos que não estando administrativamente unidos a estes distritos, se consideram, todavia, Minho, e terras da Lavoura minhota.

Convida o sr. Conde de Azevedo a presidir a esta sessão, na sua qualidade de representante da Lavoura, e para vice-presidente o sr. A. L. de Carvalho, da Liga de Defesa de Guimarães, como representante dessa cidade.

*

(Ocupam a presidência os srs. Conde de Azevedo e A. L. de Carvalho no meio dos aplausos do Congresso).

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Secretário Geral do Congresso (sr. Falcão Barata), lê a ordem dos trabalhos da Sessão.

Brigada do Minho

Refere-se, a seguir, o orador a uma notícia relativa à bandeira da Brigada do Minho, e manda para a mēsa a seguinte

PROPOSTA

Que o I C. M. M. saude calorosamente na pessoa do prestigioso minhoto Ex.^{mo} Sr. General Adolfo de Almeida Barbosa, a heroica Brigada do Minho do C. E. P., e que solicite de S. Ex.^a o general Craveiro Lopes, comandante da 1.^a Região Militar, o favor das necessárias ordens para que o estandarte daquela Brigada, que se encontra confiado à guarda do sr. Comandante Militar de Viana do Castelo, seja incorporado na fôrça que, no próximo dia 23 prestará as devidas honras a Sua Ex.^a o Sr. Presidente da República.

(Aplausos).

O sr. Presidente (Conde de Azevedo) — Associa-se com entusiasmo à manifestação.

O sr. Teixeira da Silva propõe uns momentos de silêncio, protesto de saúdade aos Mortos da Grande Guerra.

(A assembleia, de pé, permanece algum tempo em comovida concentração).

*

(O sr. general Adolfo Barbosa a quem foi transmitida a notícia da saúdação votada por aclamação, respondeu com um amável telegrama.)

PROPOSTAS

O sr. Capitão J. Gonçalves da Silva, propôz que se fizesse a impressão de um sumário das teses, e das conclusões aprovadas e se distribuissem os exemplares pelas J. Gerais e Câmaras Municipais do país.

(Aprovado).

*

O mesmo senhor propôz também que dos resultados, e orientações definidas pelo Congresso, se desse conhecimento ao sr. Ministro do Interior, grande admirador da acção dos Corpos Administrativos, afim de ser tomado, quanto possível em linha de conta a matéria discutida, nas reformas da legislação.

(Aprovado).

O sr. Conde d'Aurora propõe a criação da zona de turismo da "Ribeira Lima,, formando-se um Sindicato de Iniciativa com as câmaras de Viana do Castelo, Ponte do Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez.

(Aplausos).

A indústria da seda

O sr. dr. Alberto Feio—apresenta uma comunicação à cerca da indústria das sedas na região, a qual teve preponderância desde o século XIII, e atingiu no século XVIII notável desenvolvimento. Julga que é do interesse da província defender essa indústria.

Propõe que se peça ao sr. Ministro do Comércio a introdução da cadeira da indústria da seda na Escola Industrial de Braga, e às Câmaras a replantação da amoreira.

(Apoiados).

I PARTE DA ORDEM DO DIA

Protecção às grávidas e primeira infância

O sr. coronel Belchior Nunes, presidente da Junta Geral de Viana do Castelo, começa por dizer que a sua presença é um pleonasma, visto o assunto ter sido já tratado por outros oradores. Mas deve cumprir a missão de que se encarregou.

Apresenta as condições precárias em que vivem crianças e mães por defeito de educação. Observa o prejudicial efeito na inferioridade física, que tanto se nota por ocasião do recrutamento.

Refere-se à necessidade de remediar os males, e combate o derrotismo, propondo meios do ensino da puericultura.

Termina dizendo que fazia má ideia destes Congressos, mas que, a lição de que neste tem observado, a modifica. Assim convida os srs. congressistas para *a sua casa*, se ela ainda fôr sua para o ano.

(Grandes aplausos coroam esta indicação de Viana para a reunião do seguinte Congresso).

(O parecer, dado em conjunto com as de idéntico objecto, elogia a tese que aprovou).

CONCLUSÕES

E' necessário o ensino da puericultura nos cursos médicos e nos femininos.

Devem estabelecer-se postos de inspecção médica, periódica, a tôdas as crianças, prescrevendo-se os tratamentos indispensáveis.

Convidem-se as Câmaras e Juntas Gerais para um entendimento que permita pôr ao abrigo do mesmo tecto tôdas as crianças que devem subsidiar.

Convidem-se todos os nossos concidadãos, a solidarizar-se na protecção às grávidas e às crianças.

Prosseguiv, nesta altura, a discussão da tese apresentada na sessão precedente, sôbre o porto de Viana.

Falou sôbre o assunto o Relator da tese.

O sr. Presidente (Conde de Azevedo), defende a continuação das obras do porto de Viana, problema máximo a ligar com a colocação dos vinhos do Minho nas colónias e no estrangeiro.

O sr. tenente Lauro Barros Lima diz que o porto de Viana deve em breve tornar-se o porto do Minho; mas o de Espozende, que tem especiais condições, não pode deixar de reclamar a sua independência, pois tem o futuro deante e pode um dia ser objecto de preferências.

O sr. Presidente faz algumas observações dizendo deverem harmonizar-se os interesses comuns.

O sr. Relator da tese (major Carlos de Barros), apresenta um novo enunciado à conclusão que determina os concelhos que devem ficar subordinados à zona do porto de Viana.

(As conclusões foram logo aprovadas, como se reproduziram no resumo da sessão precedente).

O sr. Presidente (Conde de Azevedo), congratula-se com a forma como decorreu o debate e foram salvaguardados os direitos e interesses de tôdas as terras da província.

II PARTE DA ORDEM DO DIA

*Estradas e caminhos de ferro no
distrito de Braga*

O sr. Presidente dá a palavra ao sr. engenheiro Teixeira da Silva, fazendo-lhe elogiosas referências.

(O orador é acolhido com aplausos).

O sr. engenheiro Teixeira da Silva. Começa por fazer o elo-

gio dos organizadores do Congresso, pedindo à Câmara de Braga que dê o título de cidadão bracarense ao presidente da Junta Geral, capitão Gonçalves da Silva.

Elogia o povo minhoto, e censura a desunião dos espíritos em Portugal. Pede vénia para fazer lêr a sua tese.

O sr. Félix Gomes, desenhador das Obras Públicas e cooperador do relator, lê o trabalho apresentado.

Refere-se a tese do sr. engenheiro Teixeira da Silva às estradas, e ao desenvolvimento que tiveram na dominação romana, pondo-as em paralelo com o abandono a que temos votado os meios de comunicação.

Apresenta dados estatísticos àcerca do desenvolvimento das estradas na província, e referências técnicas à sua construção, conservação e melhoramento.

Trata das linhas férreas, seus planos, e traçados de várias linhas realizadas ou ideadas; das linhas concedidas e das reclamadas.

O sr. engenheiro Teixeira da Silva acrescenta á leitura feita, algumas palavras de entusiasmo incitando à união da província.

O sr. dr. Domingos José Soares diz que entrando na sala durante a leitura da tese, teve conhecimento da proposta do sr. Teixeira da Silva para uma homenagem da cidade de Braga ao sr. capitão Gonçalves da Silva. Diz que o Município de Braga saberá cumprir o seu dever, e a forma proposta está no seu ânimo e dos seus colegas.

O sr. Presidente faz algumas considerações àcerca da tese e da proposta.

(Depois foram aclamadas a tese e as conclusões).

*

(O parecer salienta a importância desta tese "que merece o primeiro lugar,, entre as que o Congresso tem aprovado, e frisa os seus pontos essenciais com grande elogio.—Subscreveram o sr. dr. Francisco Costa e D. Pires Barreira).

CONCLUSÕES

São deste teor e foram aprovadas por aclamação :

- 1.º Sem comunicações fáceis, rápidas e económicas não é possível o desenvolvimento de uma região, e o Distrito de Braga está ainda muito carecido de vias ordinárias, sobretudo na parte relativa a estradas municipais e caminhos vicinaes, que levem o progresso a todas as freguesias.
- 2.º Para interessar as freguesias, ainda as mais sertanejas, nos negó-

cios municipais, seria conveniente que no Código Administrativo se estabelecesse a organização de uma Assembleia Municipal constituída pelos representantes directos de tôdas as frèguesias do concelho, para intervir no orçamento municipal e prestação de contas, assembleia que reuniría apênas duas vezes por ano.

- 3.º Que o distrito de Braga pode dizer-se desprovido de caminhos de ferro e que para progredir precisa de uma rêde formada pelas linhas seguintes indicadas pela sua ordem de precedência: Braga aos Arcos; Braga a Guimarães; Braga a Espozende; Braga a Caniçada e Póvoa de Lanhoso; Póvoa de Lanhoso ao Arco de Baúlhe e Celorico de Basto; Caniçada por Ruivães a Chaves, e Arcos a Monsão.

*A região minhota é a Província
do Minho*

O sr. Domingos Pires Barreira, presidente do Grémio do Minho, apresenta uma tese sôbre o assunto dos limites da região e província do Minho.

Fala do critério da designação da região minhota, que diz não se confundir com os distritos em que oficialmente se confina.

Depois de uma larga exposição reclama a inclusão dos concelhos de Mondim de Basto e Ribeira de Pena no que se chama Província do Minho, e bem assim alguns concelhos ao sul, fazendo-se uma zona de transição com os da Maia e Gondomar. Entende que o rio Minho ao norte, e Douro ao sul são os limites naturais da província. Condena as designações de alto e baixo Minho, e propõe antes as de Minho Alto e Minho Baixo, dividida a província longitudinalmente.

O sr. dr. Alberto Feio saúda o orador. A'cêrca da tese, diz que as fronteiras não são naturais, e que a divisão administrativa de 1835 foi uma necessidade. Alude á divisão eclesiástica, o Arcebispado, que é de carácter administrativo e coincide com os limites sul da província. Mostra com a carta de Choffat serem racionais as fronteiras do Minho, combatendo o desejo de as alterar. Aprecia vários argumentos sob o aspecto científico, e também o valor dos termos históricos com que a região é designada.

Entende que se devia nomear uma comissão de estudo deixando a resolução para o seguinte Congresso.

O sr. Teixeira da Silva aprecia o trabalho do sr. Domingos Pires Barreira, e propõe um voto de saúdação ao Grémio do Minho.

(Aplausos).

Lembra que num futuro Congresso se admitam alguns

concelhos que administrativamente não pertencem à província. Reuniria alguns núcleos ligados a nós economicamente, mas não passaria mais além.

O sr. Domingos Pires Barreira insiste nos seus pontos de vista, e esclarece que o Grémio do Minho aceita como sócios efectivos todos os cidadãos que vivem entre os dois rios, Minho e Douro.

O sr. Presidente (Conde de Azevedo) saúda, na pessoa do sr. Domingos Pires Barreira, o Grémio do Minho.

(Levanta um viva a que a assembleia corresponde e aplaude).

O sr. Pires Barreira corresponde vitoriando o Congresso Municipalista Minhoto.

O sr. dr. Alberto Feio dá esclarecimentos.

O sr. Conde d'Aurora. Presta homenagem ao relator e ao sr. dr. Alberto Feio. Entende que o problema em discussão não pode ser suficientemente estudado numa tese. A divisão administrativa é puramente política. Fala do regresso à tradição e julga que dentro dos objectivos actuais não se pode fazer o regresso à distribuição territorial sem atender aos perigos de deixar um Minho imperfecto às gerações futuras.

O sr. Conde de Vilas Bôas apresenta e defende uma proposta dos Sindicatos Agrícolas saudando todos os concelhos de Entre Douro e Minho.

O sr. Afonso de Miranda, diz ser natural de Marco de Canavezes, e que por êsse motivo se julga minhoto. Julga, porém, que a tese só deve ser aprovada num futuro Congresso em que tenham representação aqueles concelhos a que ela atribuiu o título de minhotos.

O sr. Presidente (Conde de Azevedo), faz várias considerações àcerca dos limites da Beira, discutidos por ocasião do respectivo Congresso. Refere-se aos oradores e manifesta a opinião de que deve ser escolhida uma comissão como quer o sr. dr. Alberto Feio.

O sr. Domingos Pires Barreira dá explicações.

O sr. Presidente faz calorosa saudação ao Grémio do Minho e põe à votação a proposta do sr. dr. Alberto Feio.

(Aprovada, é escolhida a comissão).

Espozende e o seu porto

O sr. Lauro de Barros Lima apresenta ao Congresso a sua tese. Mostra o que é o porto de Espozende e a sua zona de influência; apresenta o porto de Espozende, como chave do caminho de ferro do Vale do Cávado; fala do porto de abri-

go nos Cavalos de Fão, e por fim manifesta, em considerações económicas, o valor deste porto comercial e de abrigo.

(Por aclamação, foram aprovadas as seguintes conclusões com que a tese finalizava).

CONCLUSÕES

1.^a Que o Congresso, sempre integrado nos altos interesses da Pátria e da região que representa, e atentando nas razões que justificam a construção do abandonado porto de Espozende, patrocine junto do Ex.^{mo} Ministro do Comércio o pedido da nomeação de uma comissão de engenheiros que procedam ao estudo das obras a realizar na barra do Cávado, bem como sobre o aproveitamento da bacia dos Cavalos de Fão.

2.^a Que o Governo verificado o estado lamentável dum dos melhores estuários do país mande proceder, o mais breve possível e dentro da capacidade financeira da Nação, às obras consideradas inadiáveis e de interesse imediato, nomeadamente a dragagem da Foz do Cávado, de forma a permitir o seu aproveitamento como porto de pesca, indicando ao mesmo tempo as obras que a sua Junta Autónoma deve incluir no seu programa para complemento deste fim.

Viva o Minho ! Virtudes regionais...

O sr. P. Manuel da Costa Ferreira, abade de Carreira, Falmalicão—apresenta uma comunicação de recorte literário declamada com colorido oratório.

Segue uma orientação sociológica, e é um canto às virtudes da raça, em honra das glórias portuguesas. Faz largas referências à vida autonomista da província e ao valor social do Município na vida da nação. Frisa particularmente as virtudes do povo do Minho.

(A comunicação e os votos seguintes foram aprovados por aclamação).

CONCLUSÕES

Conclue a respeito dos habitantes do Minho :

- a) Recomendando a união e a solidariedade entre eles.
- b) Fazendo quanto possa para impedir o arrebanhamento de emigrantes.
- c) Emitindo votos para que os colonos minhotos, em qualquer parte do país ou do mundo que se encontrem, se dispensem mutuamente protecção e amparo, e para que se estreitem cada vez mais as relações de amizade, e mesmo de assistência, entre eles e a Região.

- 2.º *Amôr à Propriedade.* — O Congresso adotando como sagrado o direito de propriedade, conclue :
- a) Que se dê força á Igreja para continuar a moralisar as multidões.
 - b) Que na melhor oportunidade seja organizada a policia rural.
 - c) Que por todos os modos possíveis se impeça o desbaste das florestas e dos pinhais, património regional, e que se repovoe os montados.
- 3.º *Amôr ao Lar.* — O Congresso reconhece como condição fundamental da vida regional a hygiene moral da família e a purêsa dos lares e conclue por votar :
- a) A sua repugnância pelo divórcio e por outras causas amorais de dissolvência.
 - b) A necessidade de desenvolver e de equilibrar a instrução e a educação das crianças e dos adultos.
 - c) A urgência de impedir a vadiagem e de responsabilisar, como péssimo minhoto e mau português, o chefe de família que descuide a vigilância sobre os menores ou os escandalise com seus actos e palavras obscenas.
 - d) A conveniência de nos núcleos de maior população serem instituidos jardins de infância, recreatórios e escolas profissionais.
- 4.º *Amôr à Agricultura.* — O Congresso inteiramente convencido de que a feição regional é agrícola e de que a agricultura, arrastando-se em processos rotineiros, vive desajudada e não prodnz quanto é de esperar da sua capacidade em géneros, gados e trabalho, e considerando na necessidade de fixar os nativos á terra e de dignificar a sublime profissão da lavoura, sem a qual a humanidade morreria de fome e de sede, conclue votando :
- a) Que por todos os modos se propagandeie a união dos agricultores em sindicatos e em cooperativas de compra e venda.
 - b) Que se criem escolas móveis agrícolas pelas frèguesias rurais e se estabeleçam campos experimentais.
 - c) Que se promova o resurgimento das pequenas indústrias subsidiárias da lavoura regional, como dos queijos, da manteiga, dos cestos, das crossas, etc., e as da criação de galinhas, dos coelhos, etc.
- 5.º *Amôr à Tradição* — O Congresso, constatando com pesar que, por causas várias, o bloco regional de belêsa, de carácter, e de vontade, deslisa no declive da fragmentação pela indiferença, pela levêsa e pela timidez, conclue recomendado :
- a) A união de todos em volta do Município, do sindicato e da classe.
 - b) O banimento de exotismos que desvirtuem os usos e costumes regionais.
 - c) A libertação dos habitantes da influência do cacique e do pretenso *homem grande* que trocou a lide dos campos pelo prazer da cidade.
 - d) O restabelecimento das indústrias das rendas, das doçarias, das vestes regionais e tradicionais, que algum dia, constituíram a belêsa e a riqueza da região ; e
 - e) A preferência em todos os actos de louvor, de beneficio e de consideração aos homens de carácter e de palavra que valham como *homens* e mais do que escrituras.

6.º *O Amôr de Deus.* — O Minho é essencialmente religioso e acha-se bem na sua crença. Nasceu católico e nesta crença tem encontrado a inspiração para os seus poetas, o assunto para os seus literatos, a fôrça para os seus magistrados, o segrêdo da sua bravura, a educação para os seus filhos, a moderação das autoridades, a resignação do povo e o incentivo para o cumprimento do dever. A vida regional está ensopada de espiritualismo e dependente da sinceridade da sua Religião, pois, afirmou Brunetiere “les questions sociales sont des questions religieuses”, ou avança em conjunto neste santo amôr, ou se desnatura e dissolve. Por isso o Congresso, firme nesta verdade, e respeitando a liberdade das pessoas, conclue:

a) Por afirmar a sua crença em Deus, origem e fim de todas as iniciativas.

Viva o Minho !

a) *Padre Manoel da Costa Ferreira.*

VOTAÇÃO DOS PARECERES

O sr. **Presidente** indica a seguir a votação de pareceres como seqüência dos trabalhos.

O sr. **A. L. de Carvalho** lê os pareceres sôbre as teses: «Aspectos económicos do Alto Minho», do engenheiro sr. Belfort; «Serviços Municipalizados», do sr. dr. Domingos Soares; «Ensino Técnico Elementar», do sr. D. Miguel Forjaz; «Instrução primária», do sr. capitão João Sequeira; «Traje popular», do sr. Conde d'Aurora. — Foram aprovadas por unanimidade.

Parecer sôbre “Subsídios para a instrução popular», do sr. dr. F. A. Gonçalves. Como o parecer introduziu umas modificações, falam o autor da tese, o sr. engenheiro Teixeira da Silva, o Relator do parecer, e outros congressistas. Por fim, as conclusões são aprovadas, com as modificações do parecer, umas por unanimidade, outras por maioria.

Parecer sôbre “Assistência», que englobou as teses dos srs. Afonso de Miranda, capitão Gonçalves da Silva, e coronel Nunes.

O sr. cónego Vasconcelos faz apreciações. Responde o sr. capitão Gonçalves e trocam-se impressões entre vários congressistas. O sr. dr. Alberto Feio dá esclarecimentos. O parecer é aprovado.

O sr. **Domingos Pires Barreira** lê o parecer sôbre a tese “Revista Municipal», do sr. A. L. de Carvalho. — Aprovado.

O sr. dr. **Francisco Costa** lê os pareceres sôbre as teses “Estradas e Caminhos de Ferro», do engenheiro sr. Teixeira da Silva; “Porto de Viana», do sr. major Carlos de Barros, e “Porto de Espozende», do sr. tenente Lauro de Barros Lima. — São aprovados.

O sr. Presidente lê os pareceres de que foi relator, sobre as teses: "O futuro do Minho,, do sr. R. de Azevedo; "Aspectos agrícolas do Minho,, do sr. Justino de Amorim; "Grémio do Minho,, e "Casa do Minho,, do sr. Domingos Pires Barreira. — São aprovados.

O sr. Conde d'Aurora lê o parecer sobre a tese: "Viana, estação de Turismo,, do sr. tenente Silva Dias, e apresenta uma proposta sobre o assunto; e a tese "Arquitectura regional,, do engenheiro sr. Assunção Santos. — São aprovados.

O sr. Presidente (Conde de Azevedo), alude aos votos do sr. abade de Carreira, que elogia. — (*O Congresso aprova.*)

SAÜDAÇÕES E AGRADECIMENTOS

Depois o sr. Presidente refere-se à realização do próximo Congresso.

O sr. coronel Belchior Nunes convida o Congresso a reunir em 1929, em Viana do Castelo nas festas da Agonia. (*Aclamações*).

O sr. Afonso de Miranda propõe um voto de saüdação à Mêsá desta sessão.

(*Aplausos*).

O orador propõe que o voto se torne extensivo às mêsas das anteriores sessões.

(*Aprovado por aclamação*).

Pede ainda saüdações à Comissão Executiva, e especializa os srs. Presidente e Secretário.

O sr. Presidente (Conde de Azevedo). Profere um brilhante discurso de encerramento, no qual, salientando a importância do Congresso, e o espírito prático dos trabalhos, saüda todos os Congressistas com o maior carinho.

Refere-se à acção regionalista do Grémio do Minho, e à actividade notável que no Congresso desenvolveu o sr. Pires Barreira.

Propõe saüdações aos srs. Governadores Civis de Braga e de Viana do Castelo.

Saüda o Prelado de Braga como representante de uma grande força espiritual da Província.

Saüda, por fim, a Imprensa, manifestando-se grato pela forma como tem acompanhado os trabalhos, e pedindo que continue ao lado da comissão executiva para a sua feliz conclusão.

(*A assembleia manifesta-se secundando essas saüdações*).

O sr. capitão J. Gonçalves da Silva, presidente da Junta Geral organizadora do Congresso, agradece a todos os presen-

tes a cooperação a estes trabalhos. Aos srs. engenheiro Teixeira da Silva, e dr. Domingos José Soares, agradece a honra que lhe deram.

As homenagens que lhe tributam, a glória que lhe querem conferir, reivindica-as para o Exército.

Propõe telegramas ao sr. Presidente da República e ao Chefe do Governo.

(Aplausos prolongados).

O sr. Presidente (Conde de Azevedo): — Está encerrado o I Congresso Municipalista Minhoto!

Notas várias

PASSAGEM DE TURISMO

Na tarde de sábado do dia 29, a tarde de 30, do Congresso Municipalista, um passeio ao Porto de São João e ao Porto de São João. O Congresso Municipalista, que se realizou no Porto de São João, foi muito agradável e interessante. A tarde de sábado do dia 29, a tarde de 30, do Congresso Municipalista, um passeio ao Porto de São João e ao Porto de São João. O Congresso Municipalista, que se realizou no Porto de São João, foi muito agradável e interessante.

Comissões do Congresso

Na 1.^a sessão foi nomeada a seguinte comissão de pareceres :

Dr. Domingos José Soares, A. L. de Carvalho e Francisco Costa.

*

Na 3.^a sessão, foi desdobrada a referida comissão, organizando-se as seguintes :

1.^o grupo. Assuntos agrícolas e económicos : — Conde de Azevedo, José Justino de Amorim, e Conde Vilas Boas.

2.^o grupo. Assuntos de Instrução : — Dr. Francisco A. Gonçalves, D. Miguel Forjaz e Afonso Assunção Santos.

3.^o grupo. Assistência e municipalismo : — Capitão Gonçalves da Silva, Domingos Pires Barreira e Afonso de Miranda.

4.^o grupo. Regionalismo e expansão de turismo : — A. L. de Carvalho, Dr. Alberto Feio, Tenente Silva Dias.

5.^o grupo. Postos, estradas, e território provincial : — Engenheiro Teixeira da Silva, Dr. Francisco Costa, Domingos Pires Barreira.

*

Para o estudo definitivo da delimitação do território que deve ser considerado Província do Minho, foi nomeada a seguinte comissão :

Conde de Vilas Boas, Conde d'Aurora, Luís de Almeida Braga, Domingos Pires Barreira e dr. Alberto Feio.

*

Notas várias

PASSEIO DE TURISMO

No fim da sessão do dia 20, à tarde, a 3.^a do Congresso, realizou-se um passeio, ao Bom Jesus, Sãmeiro e Falperra.

Os congressistas seguiram em grande número de automóveis, postos à sua disposição pela Câmara Municipal de Braga. A todos agradou o interessante passeio, que é um triângulo turístico muito apreciável e no qual se sucedem diversos e formosíssimos panoramas.

LOCAIS DO CONGRESSO

A sessão inaugural realizou-se no Teatro Circo de Braga, edificio cuja sumptuosidade deu um novo lustre a êsse acto.

As sessões de trabalho efectuaram-se no Salão Recreativo, que, embora mais modesto, era sufficiente para conter os congressistas.

BANQUETE DE HOMENAGEM

Depois de terminados os trabalhos do Congresso, efectuou-se, no dia 21, um banquete no Bom Jesus, servido no Grande Hotel do Parque pelos Hoteis Portugueses de Turismo.

A sua organização foi esplêndida.

O jantar decorreu sempre no meio de entusiasmo.

Frizando todos a nota patriótica e as saudações à Junta Geral do Distrito, organizadora do Congresso e especialmente ao seu presidente capitão Gonçalves da Silva, foram feitos calorosos brindes pelos srs. Dr. Domingos José Soares, Dr. Francisco Costa, Governador Civil de Braga, José Ribeiro Barbosa, coronel Belchior Nunes, presidente da Junta Geral de Viana, António Cesar Nogueira, Cónego Vasconcelos, Conde de Azevedo, Manuel Espregueira, e A. L. de Carvalhó.

Brindou, agradecendo, o sr. capitão Gonçalves da Silva.

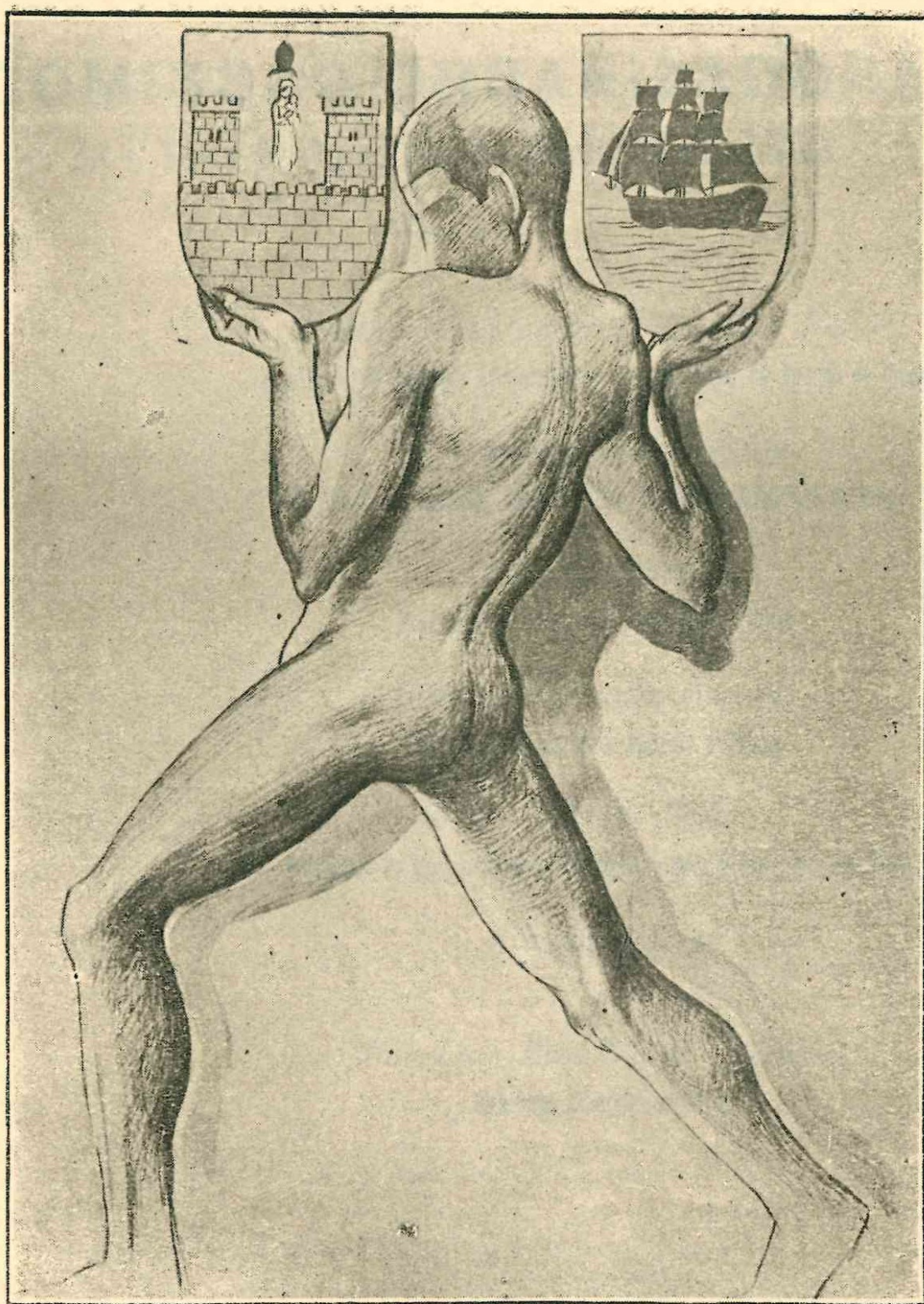
•

O templo do Bom Jesus foi iluminado em atenção aos congressistas, e foi organizado à uma hora da madrugada um carro electrico extraordinário para o regresso dos congressistas.

ALMOÇO OFERECIDO Á IMPRENSA

No dia 22, no Restaurante Peninsular, Arcada, o sr. Falcão Barata, Secretário Geral do Congresso, ofereceu um almoço aos jornalistas que fizeram serviço nas sessões do Congresso.

Decorreu animadamente, havendo-se trocado affectuosos brindes,



(Carla de José Luis)

**I. FEIRA DE AMOSTRAS DA PROVINCIA
DO MINHO**



(Cópia de José Luís)

I. FEIRA DE AMOSTRAS DA PROVINCIA
DO MINHO

C. M. B.
BIBLIOTECA

COMISSÃO ORGANIZADORA

da I. Feira de Amostras da Província do Minho

Capitão José Gonçalves da Silva Júnior,
Presidente da Comissão Administrativa da Junta Geral do Distrito de Braga

Dr. Domingos José Soares,
Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Braga

Adolfo de Azevedo,
Presidente da Associação Comercial de Braga

António Carvalho Guerra,
Secretário do Sindicato Agrícola de Braga

Dr. Alberto Feio,
Presidente da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras de Braga

Francisco Lage

e

José Luís Brandão de Carvalho,
Directores artísticos da Feira



A FEIRA DE AMOSTRAS

Foi Braga, porventura, a primeira terra que no mundo fez Exposições com tôdas as características desses modernos certâmenes. Um de seus arcebispos há mais de um século, deu à civilização extraordinário impulso. Esse foi D. Fr. Caetano Brandão, cuja obra social e económica é memorável.

Modernamente, porém, as Exposições tem assumido um carácter distinto do modo como no século XIX foram concebidas. Ao carácter meramente desportivo que prevalecia — expondo productos aprimorados com a mira em distinções honoríficas, medalhas e diplomas, — succedeu um espírito mais pragmatista, — expondo productos do fabrico usual, buscando a consagração da fábrica ou centro produtor e até a colocação commercial dos objectos que se expõem.

As antigas feiras que no passado tanto se firmaram, renascem e assumem por vezes aspectos brilhantes de verdadeiros certâmenes artístico-industriais.

Para coroar o Congresso Municipalista Minhoto entendeu, e muito bem, a Comissão Administrativa que então dirigia a Junta Geral do Distrito, não haver melhor do que organizar-se a I. Feira de Amostras da Província do Minho. Para isso se formou a comissão especial que referimos, a qual trabalhou desde logo com o maior entusiasmo.

Uma Feira de Amostras, qual foi concebida, teria o grande objectivo de demonstrar, reunida num pequeno espaço, toda a actividade da Província, nos vários ramos de trabalho minhoto. Depois de se ter exposto o que *queremos*, o pensamento da Província, expresso pelos seus categorizados representantes, expôr-se hia o que *fazemos*, o trabalho da Província, num avultado mostruário agrícola e fabril, que seria um índice, ligeiro embora, da sua actividade.

O resultado, como se vê da lista dos expositores, excedeu a expectativa. Apesar de ser a primeira tentativa deste género, nesta Província, quasi todos os concelhos do distrito de Braga e alguns de Viana do Castelo, mandaram algumas amostras dos seus variados productos. E' certo que faltaram

alguns, como succedeu, no distrito de Braga, ao concelho de Fafe, com quanto este tenha florescente e bem organizada indústria e agricultura pujante; de Famalicão, donde havia bons expositores, não se fizeram representar algumas indústrias notáveis, entre elas o importante centro fabril de Riba d'Ave, e do distrito de Viana, não tiveram representação os concelhos de Caminha, Melgaço, Monsão, Coura, Ponte da Barca, Ponte do Lima e Cerveira, todos os quais, sob um ou outro aspecto, poderiam por certo trazer alguns productos.

A maior distância destes concelhos, o apressado da organização, mesmo, influíram certamente para que tenhamos que lamentar a sua falta, tornando, como tornou, incompleta a grande manifestação da actividade da Província do Minho. Noutras Feiras que a esta succederão, por certo, comparecerão os elementos que na primeira não puderam comparecer, e assim, a pouco e pouco se costumará o nosso Minho a mostrar o que pode e o que vale, o producto do seu trabalho e da sua actividade.

*

Abriu a Feira de Amostras da Província do Minho no dia 22 de Junho, quando ainda se estavam a fazer as últimas instalações nos vastos terrenos por onde se estendiam os seus *stands*, de típico aspecto regionalista. A Feira occupava não só um largo espaço da cêrca do Liceu de Sá de Miranda, mas também dois andares do corpo central do magestoso edifício, tôda a ala da rua de Santa Margarida, o Ginásio, e o Teatro Académico da mesma instituição, formando tudo isso um imponente conjunto. Na cêrca levantaram-se *stands* apropriados, para várias das instalações, reservando as salas para outras indústrias que exigiam um particular ambiente.

Na ocasião da abertura, fez-se na sala do Conselho Escolar uma reunião de elementos categorizados, na qual falou o senhor José Gonçalves da Silva Júnior, que proferiu palavras de louvor aos expositores e de agradecimento aos srs. José Luís Brandão de Carvalho, Francisco Lage e José Macedo pelo muito que colaboraram na organização da Feira.

Em seguida foi a Feira visitada pelos convidados.

*

A inauguração oficial foi feita no dia 23, por S. Ex.^a o Sr. Presidente da República, general Oscar Carmona que, com os srs. Presidente do Ministério e Ministro do Comércio, respectivamente, coronel Vicente de Freitas e engenheiro Araújo Correia, acompanhado pela Comissão organizadora da Feira, Autoridades, Imprensa e outras pessoas de Categoria percorreu minuciosamente tôdas as salas e pavilhões da Feira, mostrando-se agradado, e muito, daquela demonstração de actividade minhota.

*

Os Prelados Portuguezes, reünidos em Braga esses dias, por motivo do I Congresso Litúrgico Nacional também visitaram num dos dias a Feira, admirando as suas instalações, e os objectos e productos expostos.

*

A Feira esteve aberta até ao dia 30 de Junho, por motivo da sequência de festas civis e religiosas então desenroladas em Braga. Durante esses dias foi visitada por 30.000 pessoas, aproximadamente.

**

No dia 30 realizou-se no recinto da Feira um festival que decorreu brilhante e muito animado. As várias dependências foram iluminadas artisticamente a electricidade, e na cêrca improvisaram-se vários *bars*.

Foi uma festa muito concorrida.

LISTA DOS EXPOSITORES

— DA —

I Feira de Amostras da Província do Minho

(Pelos respectivos concelhos)

Braga

- António Maria da Silva**—Rua Nova de Santa Cruz
Mobília
- Agostinho Rodrigues Videira**—Rua Nova de Sousa, n.º 57
Um nicho estilo gótico
- Augusto Sinval & Filhos**—Tenões
Meias, piugas e tecidos tingidos
- Afonso Ferreira & C.^a, Suc.^{res}**—Rua D. Frei Caetano Brandão
Pão trigo, comum e de regimen e biscoitos de diversas qualidades
- Aurora Moraes**—Largo de S. Lázaro
Diversos artigos em metal
- António Moreira Coelho**—Campo Conde de Agrolongo
Alambiques e peças para automóveis (Fabrico manual)
- António Peixoto**—Rua de Santo André
Motores a gasolina, plainas mecânicas, linhas de eixo e material agrícola
- Alvaro da Silva Carvaiho Quintas**—Rua Nova de Sousa
Esculturas religiosas
- Almeida, Martins & C.^a**—Rua Nova de Santa Cruz
Chapeus de feltro
- Agostinho Ferreira Braga**—Rua do Areal
Velas automáticas e outros artigos de latão
- António de Paulo**—Celeirós
Balanças
- António Maria Pinto**—Maximinos
Foles para forja
- António Ferreira da Cunha**—S. Pedro de Merelim
Telha tipo antigo e pregagens

- Companhia Fabril do Minho—Maximinos**
Tecidos de algodão e algodão com seda
- Companhia Hortícola do Minho, Ld.^a—Quinta do Sardoal—Pelames**
Plantas, flores e frutas da ocasião
- Companhia Fabril do Cávado—Ruães**
Fio e tecidos de algodão e papel
- Camilo, Teixeira & C.^a, Ld.^a—Rua D. Pedro V**
Chapeus de feltro e pêlo
- Domingos Borges da Silva, Suc.—Logar da Póvoa—Palmeira**
Telha e tijolo
- Duarte, Cunha & C.^a, Ld.^a—Rua Cândido Reis**
Balanças decimais e centesimais e fogões
- Empreza de Calçado Fox, Ld.^a—Rua dos Biscainhos**
Calçado
- Empreza dos Refrigerantes “Bom Jesus”, Ld.^a—Tenões**
Refrigerantes, xaropes e licôres
- Francisco José Ferreira—Rua de S. Vicente**
Artigos de viagem
- Francisco da Cunha Ferreira—Travessa do Carmo**
Alambiques
- Francisco de Figueiredo Claro—Rua Nova de Sousa**
Velas de cêra e outros artigos
- Francisco Pereira—Travessa do Carmo**
Mobília
- Faustino & Barros—Rua do Souto**
Mobília.
- Fotografia Santos Lima—Largo do Barão**
Assuntos religiosos em fotografia e foto-policromia
- Francisco Ferreira Machado—Rua Conselheiro Januário**
Torneiras e vários artigos em metal
- Francisco da Costa Carvalho—Rua Conselheiro Januário**
Obras de estilo em metal
- Grande Serração e Moagem de Braga, Ld.^a—Log. da Fonte —Estação**
Caixotaria para frutas, ovos, etc.
- José Gomes—S. Jerónimo de Real**
Uma chocadeira, uma criadeira, desnatador, etc.
- José Gonçalves Coutinho & C.^a—Rua do Côrvo**
Um carrilhão de sinos (16 sinos)

- Junta de Paróquia de Dume—Dume**
Fitas, nastros e puxadeiras (artigos caseiros)
- José Fernandes Cerqueira & Filhos—Rua D. Pedro V**
Torneiras, pêsos de latão, prumos de latão e vários artigos da indústria de latoaria e niquelagem
- José da Costa Júnior & Irmão—Campo do Salvador**
4 rodas e 4 ferragens para carros de agricultura
- J. M. Martins & Filho—Rua 5 de Outubro**
Sabão
- José Francisco Gonçalves, Filhos & Rebelo da Silva—A. da Liberdade**
Dois sinos
- José António Correia Peixoto—Goães**
Milho, aguardente, geropiga, laranjas e limões
- José Correia Mendes—Rua da Ponte**
Estribos, esporas, fivelas, freios e mais artigos em metal
- Luís Martins Ferreira, Filho—Rua Cândido Reis**
Torneiras de metal, bombas de metal para água, etc.
- Dr. Manuel Rodrigues Marques—Esporões**
Produtos agrícolas e máquinas agrícolas
- Morais & Marques—Rua da Ponte**
Latoaria
- M. J. Pereira—Tadim**
Fôrmas para calçado e chapéus
- Manuel João de Faria & C.^a, Suc.—Largo de S. Francisco**
Vários artigos de viagem
- Manuel Marques Monteiro—Av. dos Combat.^{es} da Grande Guerra**
Luvas
- Oficina-Escola João de Deus—Rua de S. Geraldo**
Colchas, toalhas de mesa, toalhas de chá, napperons de vários tamanhos, encaixes para lenços, tudo em bordado e renda de bilros
- Pacheco & Palhas, Ld.^a—S. Vítor**
Chapéus de feltro
- Saboaria e Perfumaria Confiança—S. Vítor**
Sabão, sabonetes e perfumarias
- Viuva de Joaquim da Costa—Avenida da Liberdade**
Uma perna e um braço artificial

- Vilela & Magalhães**—Rua Cândido Reis
Massas alimentícias
- Vasco José de Matos**—Rua de S. Vítor
Velas automáticas (patente 13686)
- Manuel da Silva Pereira Vasconcelos**—R. D. Fr. Caetano Brandão
Veludos e sedas estilizadas, séculos XVII e XVIII
- Sousa Braga, Filho**—P. Alexandre Herculano
Mobília estilo Luís XV
- Viuva de Francisco José Gonçalves**—R. Conselheiro Januário
Um alambique completo e uma máquina de queimar vinho
- Costa & C.^{ta}**—Praça Conde Agrolongo
Quadros de “baguettes,” e molduras artísticas
- Soares Barbosa & Irmão**—Av. Combatentes da Grande Guerra
Mobília, estilo moderno
- Escola Industrial e Comercial Bartolomeu dos Mártires**
Trabalhos escolares e profissionais
- União Construtora**—S. João da Ponte
Materiais de construção
- Sindicato Agrícola de Braga**
Vinhos, aguardentes, cereais, leguminosas, frutas e outros productos agrícolas

Guimarães

- Fábrica de Fiação e Tecidos do Arquinho**, de António J. P. de Lima.
Panos para lençóis, tecidos de linho, algodão e seda
- Fábrica da Caslanheira**
Panos para lençóis, atalhados, tecidos de linho e algodão
- Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães**
Tecidos de linho e algodão
- Joaquim da Cunha**—Covas
Colchas
- Bento dos Santos Costa & C.^a, Ld.^a**
Malhas e riscados
- Fábrica de Lanifícios da Breia**. Oliveira Simões & C.^a
Chales
- Fábrica de cutelarias do Silva** “n.º 5,”—Miradouro
- Fábrica de cutelarias de Joaquim Ribeiro de Moura**, n.º 35—Pisca

Costa Lordelo & C.^a

Pentes de celuloide

Domingos da Costa Rainha—Cruz de Pedra

Olaria

António José de Faria—Rua Trindade Coelho

Olaria

Barcelos

Vinagre & Borges, L.^a—Arcoselo

Trigo e os produtos derivados dêste, (moagem)

Terêsa Gomes de Araújo—S. Miguel da Carreira

Diversos bordados feitos á mão

Ramos & C.^a, L.^a—Largo da Estação

Telha tipo marselha e tijolos

Portucalense Editora, L.^a—R. D. António Barroso

Fasciculos da História de Portugal

Manoel José de Sousa Ferreira—Logar do Rio—Lama

Louças de barro vidradas e vermelhas finas

Manoel Joaquim Ferreira—R. Duque de Bragança

Assúcar

Fábrica Barcelense, de João Duarte & C.^a, L.^a—R. Alcaide Faria

Malhas e passamarias

Joaquim José Coelho—Carvalhal

Jugos

Joaquim Loureiro da Eira—Pousa

Louça

Joaquim Macedo Correia—Areias—S. Vicente

Louças em barro fino

João Baptista de Sousa—Pousa

Louça

João Ferreira Gomes—Lama

Tubos imitação de grez e louça de barro

António Martins Larangeira—Viatodos

Jugos

Companhia Editora do Minho

Livros e impressos

Francisco de Sousa—Areias—S. Vicente

Louça

Fábrica de Fiação e Tecidos de Barcelos, L.^a
Fio de algodão, cru, branco e tinto

Amares

António Carlos Rodrigues de Azevedo—Dornelas
Vinhos e máquinas agrícolas

António Granja—Passos—Dornelas
Azeite

Inocêncio Abreu Dias—Feira Nova
Tecidos de algodão fabricados manualmente

Manoel Augusto Barreiros—Santa Maria de Bouro
Um arado

António Almeida—Santa Maria de Bouro
Azeite engarrafado

Espozende

Alfredo Dias Ferreira—S. Paio de Antas
Manteiga

António Ribeiro Sampaio—Forjães
Pentes de tear manual

Amália Fernandes Mendes—Fão
Pasteis da Clarinha e Cavacas

Filipe dos Santos Ribeiro—Forjães
Esteiras de junco

João de Sá Tomás—Forjães
Remos e vertidouros

Manuel Dias Ferreira—Marinhas
Manteiga

Manuel Gonçalves da Costa Neiva—Forjães
Crivos e peneiras

Manuel Gomes de Sá—Forjães
Setenta e duas gamelas

Manuel da Silva Ribeiro—Forjães
12 Esteiras

Manuel António Ribeiro de Queirós—Forjães
Caixotes de madeira para águas minerais e conservas de peixe

Maria das Dores Pereira e Ferreira—Rua 31 de Janeiro

Tapetes e capachos em cairo

Rosária Correia—Apúlia

Trabalhos em palha

Valentim Ribeiro da Fonseca

Vinhos verdes das regiões do Lima e Braga

Famalicão

A. J. da Silva Pereira—Bairro

Cobertores de lã e algodão

A Lavoura

Máquinas agrícolas, prensas, semeadores, esmagadores, etc., etc.

Emprêsa Química de Adubos e Produtos Anticriptogâmicos

Adubos químicos, enxofre, sufrol, sufroladeiras, etc.

Aviário da Quinta da Tapada—Tapada

Aves de casta

Jaime Ribeiro—Louro

Esmagadores para uvas

J. Carvalho & Irmão, L.^a—Calendário

Relógios

Joaquim de Oliveira—Santa Eulália de Arnoso

Cêstos

Sindicato Agrícola de Famalicão

Cereais, vinhos, manteiga e outros géneros

António Lopes da Cunha—Landim

Vinhos

Cabeceiras de Basto

D. Ana Júlia de Magalhães e Almeida—Barbeito—Refojos

Vinhos

Dr. Adriano Gonçalves Pereira—Cavez

Vinhos e aguardentes

Albino José Antunes—Arosa—Cavez

Vinhos

P. Arnaldo Henriques de Sousa—Paredes—Refojos

Vinhos e aguardentes

- Domingos Silvino Pires**—Arosa—Cavez
Vinhos, azeite e aguardente
- Estevão Martins Vieira**—Cima de Vila—Painzela
Vinhos, azeites e aguardentes
- Estevão José Martins Vieira**—Cimo de Vila—Painzela
Vinhos verdes, aguardente e azeite
- Gonçalo Meireles**—Alvite
Vinhos, azeite e aguardente
- Jaime de Melo**—Bouças—Painzela
Vinhos
- Joaquim da Cunha Mendes**—Vila Moure
Vinho e aguardente
- José António Basto Sanoane**—Bucos
Tecidos de linho e de lã
- Dr. José Leite Saldanha de Castro**—Casal—S. Nicolau
Vinhos, azeite e aguardente
- José Leite da Cunha Júnior**—Arco de Baúlhe
Vinhos, aguardente, azeite e geropigas
- José Leite da Cunha Júnior**—Arco de Baúlhe
Linhos
- Leonardo Gonçalves Torres Costa**—Pedraça
Vinhos
- Severino Barroso**—Bucos
Tecidos de linho, lã e algodão

Celorico de Basto

- António Alves da Cunha e Silva**—Santa Luzia—Britelo
Vinhos verdes, branco e tinto
- Adelina da Silva Oliveira**—Britelo
Tapetes de lã regionais
- António Maria de Melo Teixeira**—Fermil
Vinhos
- Justino Mota Ribeiro**—Arnoia
Vinhos
- António Alves Monteiro**—Castelo—Arnoia
Vinhos, linhos, azeite e tapetes

Domingos P. Alves M. Ferreira—Vila—Britelo
Mel

Domingos de Barros Teixeira de Mendonça—Gagos
Vinho tinto, aguardente de vinho e de bagaço, vinagre, laranjas, limões e limas, feijão e azeite

Duarte Alves Machado—Viade
Vinho branco e tinto

Francisco Meireles—Molares
Laranjas, limas, limões, batatas, vinhos brancos e tintos, aguardente e manteiga

Francisco Osório de Aragão—Viade
Vinho verde e aguardente de bagaço

Jerónimo Pacheco C. Pereira Leite—Gandarela
Manteiga

João Baptista Ribeiro da Cunha—Fermil
Vinho tinto e tecidos de linho mescla próprio para passadeiras

João Baptista Alves de Lima Leite—Molares
Vinho branco, tinto, aguardente e azeite

Joaquim Clemente da Mota—Igreja—Moreira
Tapetes

José de Almeida e Sousa—Passal—Britelo
Vinho tinto verde, cordas em linho e juta

Manuel Maria Moniz Coelho—Gagos
Vinho branco e tinto, verdes, geropiga e aguardentes bagaceira e vínica

Miguel Maria Xavier Teixeira Coelho—Viade
Batata velha (adubação de curral)

Roberto de Vasconcelos—Corgo
Vinho branco e tinto, verdes, limões e favas

A Vinícola de Basto—Britelo
Vinho montanhez em garrafas e garrações

Póvoa de Lanhoso

Em conjunto—Diversas frèguesias do concelho em exposição organizada pela Câmara
Ourivesaria em filigrana, fulminantes para arma de caça, vinho verde, aguardente, legumes, linho, tecidos regionais, cêra, obras de vime e palha, etc.

Vieira

Adelino Carvalho—Santa Marta—Rossas

Um alambique

Albina Leite—Agra—Rossas

Artigos de lã e linho, mantas, colchas, chales, tapetes, atalhados, etc.

Álvaro Afonso Alves—Santa Marta—Rossas

Caldeiras e taxos de cobre

Álvaro Cruz—Riolongo

Crivos e peneiras

Dr. António Luís dos Reis Ribeiro—Mosteiro

Vinhos

A. L. Albuquerque & C.^a—Mosteiro

Mel em frascos

Boaventura Gonçalves—Vila-Boa—Guilhofrei

Uma máquina de fiar lã

Cabreira Sport Club—Mosteiro

Plumas para pesca de trutas

Dr. Domingos Manuel de Carvalho Abreu—Mosteiro

Vinhos, azeite e alhos

Gervásio António Gonçalves de Lima—Rossas

Cereais

Dr. Jaime Rodolfo de Carvalho Abreu—Mosteiro

Vinhos azeite e aguardente

João Barbosa—Pousadouro—Parada de Bouro

Vinhos e artigos de vêrga

João Baptista Luís—Vilarchão

Artigos de lã

José Joaquim Fernandes—Agra—Rossas

Manteiga

Manuel Joaquim Vieira da Fonseca—Parada de Bouro

Laranjas

Maria Ribeiro—Guilhofrei

Cobertores de lã e tecidos de linho

D. Teodora Lima—Rossas

Artigos de lã e linho e rendas

Vila Verde

- António Luís Gonçalves**—Santa Maria de Prado
Artefactos de indústrias e curiosidade caseiras
- Francisco Lopes Ferraz**—Prado
Produtos de Cerâmica, telhas tipo comum e marselha
- Francisco Loduvino Alves Ferreira de Sousa**—Lage
Vinhos (tinto e branco)
- João José Peixoto**—Prado
Vinhos
- João José Peixoto Sousa**—Prado
Telhas tipo comum e marselha e tijolos
- José Queiroz**—Soutelo
Um sementeiro de cereais e leguminosas
- José da Silva Simão**—Prado
Produtos de fábrica Cerâmica
- Manoel Dias Peixoto**—Prado
Produtos de fábrica Cerâmica
- Manoel Gomes Machado**—Prado
Fruta esterilizada e vinhos
- Manoel Joaquim Gonçalves e Jerónimo Fernandes**—Lage
Produtos de fábrica Cerâmica
- Francisco Ferraz Machado**—Prado
Vinho e outros produtos
- Maria de Lima**—Prado
Renda de bilros
- Manoel da Silva Bastos**—Soutelo
Telha
- José Gonçalves Pereira**—Prado
Produtos de Cerâmica
- José Carvalho** Lage
Olaría

Terras de Bouro

- Albino Esteves Pereira**—Vau—Ribeira
Velas de cêra

Alvim Barroso—Covas

Produtos farmaceuticos e águas sulfurosas frias do Sôto

António Augusto de Freitas Lima—Covas

Jugos e outros artigos de lavoura

Bernardino Pereira da Silva—Paço

Linho (suas passagens desde a planta ao pano)

Empresa das Águas do Gerez

Águas minero-medicinais

Francisco de Araújo—Vilar da Veiga

Mel

José Guimarães—Caldas do Gerez

Ervas medicinais

José António Dias Júnior—Covide

Vários artigos

Manoel Afonso Dias, Sucrs.—Gerez

Ervas medicinais



Viana do Castelo

José da Cunha Costa—Santa Marta de Portuzelo

Colchões de arame de três fios

Jules Devéze, Successor—Azenhas de D. Prior—Meadela

Tanoaria (Exposição de vinhoo)

**Margarida Branco Cerqueira e Gemeniana B. Abreu de Lima—Rua
Cândido Reis**

*Bordados regionais em linho, trabalhos regionais em linho
e em lã e fatos à lavradeira*

Sindicato Agrícola de Viana do Castelo

Vinho verde, tinto e branco engarrafado

Felgueiras & Lima—Rua do Gontin

Chocolate

Arcos de Val de Vez

Padre Manuel José Pereira Fernandes—Prozelo

Vinhos, uma colcha e chocolate

Valença

José G. Gonzalez

Alpergatas com solas de borracha



biblioteca
municipal
barcelos



4120

Memoria do I Congresso
Municipalista Minhoto